

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

SARAH ELISA CARVALHO MOREIRA

**DESARQUIVANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR EM OURO
PRETO: uma história possível a partir das imagens fotográficas**

Mariana
2026

SARAH ELISA CARVALHO MOREIRA

**DESARQUIVANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR EM OURO
PRETO: uma história possível a partir das imagens fotográficas**

Memorial descritivo do produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Profa. Dra. Ana Carolina Lima Santos

Mariana

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838d Moreira, Sarah Elisa Carvalho.

Desarquivando a ditadura civil-militar em Ouro Preto [manuscrito]:
uma história possível a partir das imagens fotográficas. / Sarah Elisa
Carvalho Moreira. - 2026.
121 f.: il..

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Lima Santos.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Ditadura - Ouro Preto (MG). 2. Fotografia - Ouro Preto (MG). 3.
Memória coletiva - Ouro Preto (MG). 4. Reportagem em forma literária -
Ouro Preto (MG). 5. Verdade. 6. Ouro Preto (MG) - História. I. Santos, Ana
Carolina Lima. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 77.044(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa - CRB6/1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Sarah Elisa Carvalho Moreira

Desarquivando a ditadura civil-militar em Ouro Preto: uma história possível a partir das imagens fotográficas

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 05 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Dra. Ana Carolina Lima Santos - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues (Universidade Federal de Ouro Preto)
Ma. Larissa Vitória Ivo (Universidade Federal de Ouro Preto)

Ana Carolina Lima Santos, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/02/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Lima Santos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/02/2026, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1062507** e o código CRC **C80E9483**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todo auxílio e força que tem me proporcionado ao longo dessa caminhada. Mesmo com todos os percalços, o Senhor tem me amparado.

Agradeço à minha família por todo o apoio e palavras de conforto, alegria e orgulho que me dirigiram. Especialmente à minha mãe, Marizelia, e ao meu padrasto, Marcelo, que são pilares fundamentais para a minha educação, incentivando, com amor e zelo, de todas as formas possíveis, a minha formação. Ao meu pai, Maycon, e à minha irmã, Giulia, que sempre estão ali para me auxiliar, compartilhar bons momentos e muitas risadas que iluminam os meus dias. Às minhas avós e tias, que, com tanto carinho e amor, cuidaram de mim por tantos momentos da minha vida. Amo cada um de vocês cada vez mais!

Ao meu namorado, Gabriel, por todos os dias em que me apoiou e encorajou, com palavras, abraços e carinho, sendo o meu porto seguro em meio a dias caóticos. Amo você com todo o meu coração.

A todos os meus colegas do curso de Jornalismo, mas especialmente a duas: Maysa Mendes e Bárbara Aleixo. Essa trajetória não seria tão linda sem ter conhecido vocês e sem compartilhar tantos momentos de risadas e conversas na escada da entrada do ICSA, nas salas de aula e nos grupos de trabalho.

À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), pela educação pública e de qualidade. Sem dúvidas, me tornar aluna da UFOP sempre será uma grande dívida que irei carregar com muito orgulho. Obrigada a cada docente, técnico-administrativo e funcionário terceirizado que tornaram a conclusão dessa formação possível, especialmente àqueles que atuam no campus do ICSA.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Carolina Lima Santos (Carol), que me acolheu desde a nossa primeira conversa, quando ingressei em seu projeto de iniciação científica, com muito carinho. Obrigada por guiar, desde o início, a minha formação como jornalista e pesquisadora, com tanta paciência, afeto e dedicação.

Agradeço também a todos que contribuíram para a realização do livro. Particularmente, a Arnaldo Drummond, Guiomar de Grammont, Letícia Ribeiro e Vitória Ivo, que gentilmente concederam as entrevistas que auxiliaram na construção da narrativa. Agradeço também a Helenice Oliveira, coordenadora do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), por sempre me receber com atenção e auxiliar com informações durante minhas visitas.

Em especial, agradeço ao meu avô Francisco (*in memoriam*). Também à minha

bisavó, Dona Maria de Paula (*in memoriam*), cuja perda marcou profundamente minha trajetória na graduação. Agradeço a vocês por cada xícara de café compartilhada, por cada Natal na casa de Presidente Altino, rodeado pela família, por cada sorriso e abraço que pude receber de vocês. Obrigada por me ensinar sobre amar abundantemente e a importância da perseverança e da dedicação. Amo vocês infinitamente e para sempre!

*“Talvez. Eu não sei. Mas, ainda assim, sempre é
belo falar do passado...As horas têm caído e
nós temos guardado silêncio.”*

O Marinheiro, Fernando Pessoa

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso se volta à construção de um livro-reportagem que, partindo do garimpo das imagens realizadas em Ouro Preto durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), busca remontar o panorama da repressão e da resistência na cidade mineira. Para isso, utiliza como fonte de pesquisa fotografias disponíveis no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), no acervo digital do Arquivo Público Mineiro (APM) e do material digitalizado da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que estão no Arquivo Nacional. Entendendo-as como potentes rastros dos acontecimentos do passado, principalmente quando aliadas a outros documentos e testemunhos. Juntos, eles são mobilizados no livro a fim de narrar aspectos importantes da força repressiva e da resistência a ela encampada, dando vez a memórias até então pouco visibilizadas.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Verdade e Memória; Livro-reportagem; Fotografia.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis focuses on the production of a narrative nonfiction book (livro-reportagem) that, by delving into images captured in Ouro Preto during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), seeks to reconstruct the landscape of repression and resistance in this city in Minas Gerais. To this end, the research utilizes photographic sources from the Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (Ouro Preto Municipal Public Archive) (APMOP), the digital collection of the Arquivo Público Mineiro (Mineiro Public Archive) (APM), and digitized material from the Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Special Commission on Political Deaths and Disappearances) (CEMDP) held at the Arquivo Nacional (National Archive). These images are understood as potent traces of past events, especially when combined with other documents and testimonies. Together, they are mobilized within the book to narrate significant aspects of the repressive forces and the resistance mounted against them, giving voice to memories that have, until now, remained largely invisible.

Keywords: Civil-military dictatorship; Truth and Memory; Narrative nonfiction book; Photography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PANORAMA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA.....	12
1.1 Repressão e resistência política em Minas Gerais.....	16
1.2 Ouro Preto durante o regime ditatorial.....	20
2. AS MEMÓRIAS NÃO ENDEREÇADAS DA DITADURA.....	25
2.1 Traços e elaboração da memória ditatorial em Minas Gerais.....	29
2.2 Nas artes, outras formas de trabalho sobre a memória do regime.....	33
3. DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA: ARQUIVOS PÚBLICOS, FOTOGRAFIA E LIVRO-REPORTAGEM NO ENFRENTAMENTO AO SILENCIAMENTO DITATORIAL.....	39
3.1 A atuação da imprensa durante a ditadura: entre o apoio institucional, a censura e a resistência fotojornalística.....	40
3.2 O livro-reportagem na construção de memória ditatoriais.....	43
4. ESCREVER A PARTIR DOS ARQUIVOS: PERCURSO E ESCOLHAS DO LIVRO-REPORTAGEM.....	45
4.1. A busca pelas imagens, à escuta dos moradores e a construção do referencial teórico-conceitual.....	46
4.2. Processo de escrita e construção narrativa do livro-reportagem.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar em Ouro Preto, assim como se deu no resto do país, marcou um período de autoritarismo governamental, perseguições aos opositores do regime, suspensão de direitos civis e violação de direitos humanos, que ocorreu com resistência, sobretudo de grêmios, organizações estudantis e sindicais e movimentos artísticos. Além disso, a cidade carregou o peso de ser um importante palco histórico nacional que, durante o regime ditatorial, foi reavivado para ilustrar e reforçar certas virtudes que o governo desejava exaltar, especialmente um sentimento ultranacionalista e os ideais de liberdade da Inconfidência Mineira, evocados em uma tentativa de equiparar os acontecimentos do século XVIII à luta dos militares pela “Revolução de 64”. Era nessa contradição, da repressão e da luta contra a ditadura, de um lado, e, por outro, do apoderamento da importância histórica da cidade para reverberar a propaganda ditatorial, que Ouro Preto existiu durante 21 anos.

O presente trabalho visa contar parte dessa história a partir dos registros fotográficos da época, reunidos e narrados em um livro-reportagem. As comemorações anuais dos feriados nacionais, celebrações cívicas, visitas de importantes figuras públicas nacionais e internacionais, os eventos culturais como o Festival de Inverno e as paisagens ouro-pretanas foram amplamente capturadas em imagens e divulgadas nas páginas de jornais impressos em circulação em Minas Gerais, por muitas vezes também alçando destaque nacional. Sua publicidade hoje, contudo, se restringe a quem recorre aos arquivos públicos, especialmente, aos de Minas Gerais e do próprio município. É justamente pelo resgate dessas fotos encontradas no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), no acervo digital do Arquivo Público Mineiro (APM), além dos dossiês da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), presentes no Arquivo Nacional, que o livro foi construído.

Partindo dessas imagens e fazendo-as circular outra vez, busca-se entender e narrar as questões sociais e políticas que o território ouro-pretano abrigava. Para isso, o trabalho alia as fotografias a outros documentos, inclusive publicações e relatórios realizados após o fim do regime ditatorial, além de promover a escuta de moradores e pesquisadores da cidade, em testemunhos que ajudam a dimensionar o que ocorreu no município. O livro, ao mirar essas imagens a partir de um deslocamento temporal, quarenta anos após a redemocratização e as colocar em diálogo com esses outros materiais, ajuda a dimensionar a verdade sobre a atuação do regime repressivo, assim como a luta dos movimentos de resistência, e a ensinar uma construção memorialística sobre o período.

O produto, composto por sete capítulos, 22 fotografias e mais alguns documentos, narra, a partir do entrelaçamento entre essas imagens e informações, o cenário político e social do município, bem como eventos relevantes, como as celebrações do dia 21 de abril, a prisão dos membros do Living Theatre, além das biografias das duas vítimas ouro-pretanas, Hélcio Pereira Fortes e Antônio Carlos Bicalho Lana, que contribuem para aprofundar o panorama político-social vivenciado na cidade durante o período.

Essas imagens, analisadas a partir do rompimento com o silenciamento e a censura após a redemocratização, sobretudo quando contextualizadas com documentos e relatórios construídos *a posteriori* e tornados públicos ao longo dos anos, auxiliam no surgimento de novas camadas de compreensão sobre a verdade encoberta durante o regime. Dessa forma, tais interpretações podem ser incorporadas à construção memorialística sobre o período, tanto no âmbito municipal quanto nacional.

O memorial, que acompanha o livro, em sua primeira parte, dá conta dos principais marcos políticos da ditadura, a partir da perspectiva de Glenda Mezarobba (2010), que estrutura o regime ditatorial em três fases. O capítulo destrincha o aumento exponencial do autoritarismo estatal, da repressão e violência, além de observar como essas ações reverberaram no estado de Minas Gerais e na cidade de Ouro Preto. Recorre-se, em particular, aos relatórios da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) e ao relatório do Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (GT UFOP). Com isso, elabora-se um panorama da repressão e das articulações dos movimentos de resistência, além de demonstrar como a cidade se tornou palco para celebração e propaganda ditatorial.

O capítulo seguinte do memorial contextualiza e elenca os esforços por verdade e memória que ocorreram, desde a década de 1970 até os dias presentes, de ordem nacional, estadual e municipal. Primeiramente, é traçado uma breve cronologia, dos principais movimentos por anistia, que ocorreram desde a década de 1970, especialmente sob a perspectiva de Carlo Fico (2010) e Paulo Abrão (2011), e logo após são apresentadas as principais mobilizações voltadas à averiguação da verdade e constituição da memória, sobretudo das vítimas do regime, realizadas pela sociedade civil e, a partir dos anos 2000, por parte dos governos estatais. Destacam-se, entre essas, o projeto Brasil: Nunca Mais, realizado entre 1979 e 1985, e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que resultou na criação de outras comissões estaduais e grupos de trabalho, como a Covemg e o GT UFOP.

Além disso, apresenta-se outras iniciativas, no campo das artes, como produções literárias, criação de espaços de memórias, exposições e instalações artísticas, realizadas no país, a partir dos anos 2000, visadas a partir de Alice Costa Souza (2017) e Mauricio

Lissovsky e Ana Ligia Leite Aguiar (2016). Em particular, volta-se, mais detalhadamente, para os trabalhos realizados no estado de Minas Gerais e em Ouro Preto.

No terceiro capítulo, o memorial apresenta e desenvolve a compreensão de que os arquivos públicos, as fotografias do período e os livros-reportagem produzidos a partir desses materiais constituem meios fundamentais e potentes de acesso ao passado, atuando como operadores de rememoração. Nesse contexto, discute-se a invisibilização das imagens que permanecem nesses espaços, nos termos propostos por Luis Ignacio García e Ana Longoni (2017), que impede que elas integrem o debate público. E pondera-se como esse conjunto imagético tem potencial para representar importantes dispositivos mnemônicos, como aponta Márcio Seligmann-Silva (2014). Esse olhar para as imagens propõe entender como elas podem ser mobilizadas para que a verdade e as memórias sobre a ditadura passem a ser elaboradas.

Devido ao fato de que muitas dessas imagens presentes nos arquivos são oriundas do fotojornalismo, traça-se ainda um breve paralelo sobre o apoio de grandes veículos de comunicação do país para culminação do golpe de 1964 e a atuação do aparelho censor dentro das redações, com base, especialmente, nos artigos de Marcos Napolitano (2017) e Rodrigo Motta (2013) e nas análises de Hila Rodrigues e Laio Amaral (2012), esses para tratar do endosso ao regime pelo jornal Estado de Minas, em Minas Gerais. Dentro desse panorama vivenciado pelo jornalismo na época, o fotojornalismo tornou-se um potente meio de denunciar as transgressões da ditadura civil-militar.

Na última parte deste capítulo, mostra-se como o livro-reportagem pode ser um alicerce poderoso para a divulgação desses registros e, mais que isso, para dotá-los de sentido, como demonstra Priscila Natividade Dias Santos Oliveira (2006). Além disso, pauta-se como esse gênero literário possibilita o aprofundamento de temas que o jornalismo diário não consegue abarcar.

Por fim, no último capítulo do memorial, explica-se o processo produtivo do livro, no entrelaçamento entre o garimpo das imagens, as pesquisas em relatórios prévios e a escuta de moradores e pesquisadores acadêmicos atuantes na cidade. É ele que torna possível estabelecer uma nova leitura não somente em relação às imagens, inserindo-as no debate público e na construção memorialística acerca do período em Ouro Preto, mas, sobretudo, à ditadura enquanto acontecimento histórico.

1. PANORAMA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

O dia 31 de março de 1964 marcou o início da ditadura civil-militar no Brasil. Nesta data, as tropas lideradas pelo comandante da 4ª Região Militar, Olímpio Mourão Filho, iniciaram uma rebelião em Juiz de Fora (MG) e marcharam em direção ao Rio de Janeiro (RJ) para derrubar o governo vigente, sob o pretexto de uma revolução (Golpe [...], [s.d.]). Tratava-se da culminação do golpe orquestrado por uma ação conjunta de militares e civis, arquitetada a partir da atuação de membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) - organização fundada em 1962, por empresários e militares, com suposto intuito educacional, mas que operou como um dos principais articuladores políticos para desestruturar o governo de João Goulart (Instituto [...], [s.d.]). O golpe contou também com a participação dos Estados Unidos, por meio da Operação Brother Sam.

Em 1º de abril, Artur da Costa e Silva, que futuramente se tornaria o segundo presidente-ditador do período, se autodeclarou Comandante do Exército Nacional e líder do Comando Supremo da Revolução. No dia seguinte, o então Presidente do Congresso Nacional, o senador Auro de Moura Andrade, declarou vaga à Presidência da República. Assim, o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o cargo, como estava previsto na Constituição vigente. Essa ação, de certa forma, parecia validar a legalidade do golpe, apesar de, na realidade, as Forças Armadas estarem à frente do governo nos bastidores (Linha [...], [s.d.]). Sete dias após esses eventos, no dia 09 de abril, o primeiro Ato Institucional (AI-1), de 17 que foram decretados ao longo dos 21 anos que o regime ditatorial perdurou, foi promulgado. Essa ação afirmou o poder dos militares, institucionalizou o novo governo do Estado e iniciou a suspensão de direitos políticos.

Glenda Mezarobba (2010) define essa como a primeira fase da ditadura, que durou entre o golpe, com a deposição do presidente eleito João Goulart, a instituição do AI-1 e a solidificação do governo regido pelos militares. O Ato promulgado estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República, modificou o sistema para aprovação de leis no país, iniciou a cassação de direitos políticos e estabeleceu investigações a servidores públicos que supostamente haviam atentado contra a democracia do país. O estabelecimento dessa prerrogativa só foi possível devido à narrativa dos militares de estarem atuando em nome da população, portanto, a “tal vontade do povo justificava o ato de deposição do presidente totalmente em desacordo com a Constituição. Deixam assim, as regras constitucionais de lado, pois estariam legitimados por algo mais profundo” (Torres, 2016, n.p.).

Este Ato estabeleceu os precedentes para as diversas violações de direitos humanos que ocorreram ao longo do regime, posto que “o AI-1 já começou trazendo a possibilidade de instauração de processos individuais ou coletivos para apuração de atos de guerra revolucionária” (Sganzerla, 2015, p. 301). Isso permitiu que a suspensão de direitos políticos se tornasse viável, sob a justificativa de atos contra a soberania, honra e paz nacional. Sua consolidação indicou “constitucionalmente” a censura política e a perseguição aos opositores do regime, a fim de uma suposta defesa da pátria brasileira.

O Ato Institucional n.º 2 (AI-2), estabelecido em 27 de outubro de 1965, ampliou a repressão e possibilitou a declaração de estado de sítio em caso de “desordem interna”, além de estabelecer em definitivo a votação das eleições presidenciais de forma indireta e a extinção de partidos políticos. O Ato Institucional n.º 3 (AI-3) é publicado em 5 de fevereiro de 1966, sob alegações de “ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrarem os superiores objetivos da Revolução” e “a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País” (BRASIL, 1966, on-line). Entre outras prerrogativas, o AI-3 decretou que as eleições indiretas se estenderiam para governadores de estado e vices.

Em 7 de dezembro de 1966, o Ato Institucional n.º 4 (AI-4) convocou o Congresso Nacional para discutir e votar o projeto de uma nova Constituição, que também incorporaria e validaria todos os decretos e atos estabelecidos até o momento. A nova Constituição entrou em vigor em 15 de março de 1967, em conjunto com o início do mandato de Costa e Silva.

A segunda fase da ditadura, como proposto por Mezarobba (2010), é definida pela expedição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Com ele, abre-se o “período onde a repressão atingiu seu grau mais elevado, com forte censura à imprensa e ações punitivas em universidades” (Mezarobba, 2010, p. 9). Esse período é marcado, especialmente, pela suspensão do *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, de ordem econômica e social e de segurança nacional. Como consequência, “o país conheceu os anos mais dolorosos da ditadura, ficando o período até 1974 conhecido como anos de chumbo. Em todos os âmbitos, a repressão aumentou e a violência foi exacerbada” (Salgado, 2020, p. 20).

A declaração desse Ato, legitimou ainda mais a repressão, sendo aprovado em nome da proteção “dos ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária” (BRASIL, 1968, on-line). Após o período da promulgação do AI-5, os militares desfrutaram de uma liberdade ainda mais ampla, desde a instauração do regime (Del Vecchio, 2013). Nesse âmbito, o país, estava sob um “terrorismo de Estado”, como apresenta Caroline Bauer (2015), em que o

controle absoluto do Estado é dos militares. A desestruturação da democracia, com a supressão de liberdades individuais, repressão a movimentos estudantis e sindicais e a manipulação dos meios de comunicação, alimenta uma cultura do medo na população e mantém a dominação política do regime autocrático. Desse modo, os órgãos repressivos estabelecidos com o período ditatorial criaram um “complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem” (Magalhães, 1997, n.p.).

Desde o início do regime militar, foi criado um sistema articulado para coleta, controle, análise de informações e da efetivação da censura e repressão (Starling, [s.d.]). A central desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI), instituído três meses após o golpe, em 13 de junho de 1964, com a finalidade de coordenar nacionalmente as atividades de informações e contrainformações, especialmente aquelas relacionadas à Segurança Nacional, estabelecendo orientações para criação de estratégias para a presidência da República, além de firmar uma rede de informações dentro da sociedade e em diversos níveis da administração pública. A operação do órgão também se estendeu para as agências regionais, alojadas nos ministérios civis, as Divisões de Segurança e Informações (DSI), ademais dos órgãos públicos e autarquias federais, com as Assessorias de Segurança e Informação (ASI).

Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), que atuavam como os órgãos oficiais da polícia, fundados em 1924, durante o governo de Getúlio Vargas, também foram incorporados na rede de repressão criada durante o regime. Como afirma Heloísa Starling ([s.d.]), foi em 1967 que a estrutura repressiva tornou-se ainda mais sofisticada, com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), que atuava com a recolhimento de informações e na repressão, “e foi provavelmente a peça mais letal de todo o aparato da ditadura” (Starling, [s.d.], on-line). Um ano após a criação do CIE, em janeiro de 1968, por meio de um decreto, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) teve suas estruturas e competências alteradas, a fim de assessorar o Presidente da República e as ações da Política de Segurança Nacional, desse modo, abrangendo as suas competências. Essas alterações visavam atender ao novo ideal de segurança despontado pós 1964 (Del Vecchio, 2013). A concepção de segurança nacional anterior, de defender fronteiras territoriais e inimigos externos, modificou-se para uma ideia de inimigos internos diversos e fortalece a ideia de segurança interna, assim “a fronteira passou a ser ideológica e não mais territorial, pois o inimigo agora

seria imediatamente interno e o campo de batalha se estenderia por todos os pontos do próprio território brasileiro” (Del Vecchio, 2013, n.p.).

Em 1970, durante o governo de Garrastazu Médici, os Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operação Interna (DOI) foram criados, inspirados pelo organismo da Operação Bandeirantes (OBAN), fundada em 1969 em São Paulo, que coletava informações e realizava operações de combate. Os DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) eram agências de repressão política sob o comando das Forças Armadas responsáveis por ações de análise de informações, planejamento para combate a grupos opositores do regime, busca, apreensão e interrogatório de “adversários” do regime. Esses locais, espalhados em diversas capitais dos países, se tornaram uma “central de tortura e assassinato dos adversários do regime” (DOI-CODI., [s.d.], on-line). Nesse período, diversas organizações de resistência à ditadura, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Ala Vermelha, foram desestruturadas devido às inúmeras prisões e assassinatos de seus membros (DOI-CODI., [s.d.]), sem contar exílios.

Os DOI-CODI começaram a ser desativados no final do governo do último presidente-ditador, João Batista Figueiredo, por meio de uma portaria reservada do ministro do Exército. Isso aconteceu na última fase da ditadura. Como definido por Mezarobba (2010), ela se deu com o início do lento processo de abertura política, iniciado pela posse do general Ernesto Geisel. Nesse momento, o país se encontrava em uma profunda crise política e econômica, assim, a saída desse momento sinalizava para uma abertura política feita de “forma ‘lenta, gradual e segura’ pelos militares liderados por Geisel” (Seino; Algarve; Gobbo, 2013, p. 34). Essa guinada para uma nova era política, controlada pelos militares, garantiu a baixa participação da população durante seu transcurso (Seino; Algarve; Gobbo, 2013).

Em 1979, com a posse de João Figueiredo, o processo de redemocratização continuou com “aprovação da Lei da anistia e a reorganização partidária, que favoreceu a criação de novos partidos e novas lideranças políticas, a partir da revogação do bipartidarismo em 1979” (Silva, 2019, n.p.). Em 1985, ao fim do governo Figueiredo, o presidente Tancredino Neves foi eleito indiretamente, mas, devido ao seu falecimento antes da posse, o vice, José Sarney, assumiu como o presidente da República. Em 1986, a Assembleia Nacional Constituinte foi estabelecida pelo então presidente, com a nova Constituição sendo promulgada em 05 de outubro de 1988.

1.1 Repressão e resistência políticas em Minas Gerais

Como diversos lugares do país, Minas Gerais viveu a ditadura militar entre a repressão e a resistência. A Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) identificou 125 torturadores no estado (Comissão [...], 2017), além de uma estrutura interna de repressão extremamente articulada por diversos órgãos implementados no estado.

Entre os principais aparelhos de repressão, de acordo com a Covemg (2017), destacam-se seis centros das Forças Armadas na capital, Belo Horizonte: o DOI-CODI/MG, o 12º Regimento de Infantaria, a 4ª Infantaria Divisionária – ID-4, a 4ª Unidade de Comunicações, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e o Colégio Militar de Belo Horizonte. Além desses, a Comissão catalogou 14 outros lugares de repressão da Polícia Militar e da Polícia Civil na capital, incluindo o DOPS-MG, que funcionava no mesmo prédio do DOI-CODI. Havia, ainda em Belo Horizonte, hospitais, secretarias e hotéis que foram utilizados como centro de detenções e torturas. O uso de lugares “impróprios revela o compromisso do regime militar com a repressão ao manter uma mentalidade de ‘inimigo público’ separando presos comuns dos políticos” (Covemg, 2017, p. 304). No interior do estado, a Covemg mapeou 11 locais de repressão regidos pelas Forças Armadas, 12 controlados pela Polícia Militar, além de outros 45 dispositivos repressivos, como cadeias e delegacias civis. Assim como na capital, outros espaços, incluindo uma associação rural, duas penitenciárias, a sede de um sindicato e uma unidade da Polícia Federal, foram utilizados dentro do aparato do sistema repressivo. Destacam-se três deles (uma penitenciária, um quartel-general e um regimento), coordenados pelas Forças Armadas e que estavam localizados em Juiz de Fora, lugar da eclosão da rebelião de 31 de março de 1964, que deu início ao golpe.

A Comissão estadual identificou que esses locais funcionaram de forma articulada, estabelecendo trajetos em que, usualmente, os presos políticos eram primeiramente levados para delegacias de polícia, para a triagem e interrogatório, e depois presos para averiguação e condução para o DOPS, o órgão central do aparelho repressivo, no qual eram submetidos a tortura, em meio aos interrogatórios. Após isso, eram transferidos para as unidades militares, onde as sessões de tortura, durante a decorrência de novos interrogatórios, continuavam. Ao final do percurso, as vítimas eram transferidas para penitenciárias e colônias penais.

Além de funcionar como um local para as prisões e práticas de sessões ilegais de tortura, o DOPS também funcionava como um centro de controle sobre greves, para fiscalização de reuniões e manifestações políticas, a fim de prevenir e reprimir os delitos de

caráter político-social, “estabelecendo seus próprios parâmetros para a obtenção de dados acerca dos cidadãos, especialmente mineiros” (Covemg, 2017, p. 309).

Outra notória localidade que funcionou como um dos principais centros de repressão do estado foi a Delegacia de Furtos e Roubos, fundada em 1964. Era uma unidade autônoma e se tornou um dos principais e mais temidos centros de detenções do país, devido às suas instalações insalubres e aos inúmeros métodos de tortura aplicados, como pau-de-arara, choque elétrico e espancamentos (Covemg, 2017). A delegacia foi desativada em 1985, no ano que marca o final da ditadura, após inúmeras denúncias ao Ministério Público, sendo transferida para o bairro Barro Preto, na capital.

De acordo com a Covemg, do outro lado, da resistência, o movimento estudantil desempenhou um papel fundamental para a organização de diversas ações e articulações de resistência em Minas Gerais. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi um dos mais notórios articuladores desse movimento e, devido a sua importância para a estruturação da resistência estudantil, ao longo dos anos, sofreu diversos ataques por parte do governo ditatorial. No ano do golpe, em 09 de novembro de 1964, a lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464) foi promulgada. A legislação funcionava “como mais um aparato do governo para desestabilizar o Movimento Estudantil” (Abranches, 2013, p. 49), já que regulamentavam grêmios-estudantis e proibia atividades político-partidárias, colocando na ilegalidade entidades como a UNE. A entidade seria extinta e substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal (BRASIL, 1964). Apesar disso, os estudantes não admitiram a lei, assim “a Lei que serviria para controlar o Movimento Estudantil, acaba atuando como fator de aglutinação e contribuindo para o início de sua reorganização” (Abranches, 2013, p. 50). Diversas passeatas foram organizadas nos anos seguintes, reprimidas com o uso de violência policial e com a prisão de estudantes (Abranches, 2013).

Em 1966, ano que “marcou a história do movimento estudantil com a retomada das entidades e grandes manifestações” (Covemg, 2017, p. 74), a União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG) organizou a “Semana do Calouro”. Esse evento visava receber os calouros das duas maiores universidades de Belo Horizonte e contava com uma programação com atividades culturais e protestos. O governo estadual, na época liderado por Israel Pinheiro, autorizou a realização do evento, desde que não houvesse manifestações diretas contra o regime, “mesmo assim, a manifestação foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar” (Covemg, 2017, p. 74).

Também em 1966, o XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes aconteceu na cripta da Igreja de São Francisco de Chagas, no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte.

Para tentar impedir a realização do Congresso, cinco mil oficiais do exército e policiais militares foram destacados: “a secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais expediu uma ordem proibindo que policiais viajassem para fora do estado e o Exército ficou de sobreaviso” (Conheça [...], 2017, on-line). Além disso, um grupo escolar foi convertido em quartel general. Apesar da operação, a diretoria da entidade lançou uma nota, reafirmando que o encontro ainda iria acontecer e seria realizado no Convento dos Dominicanos. Com isso, “a UEE [União Estadual do Estudantes] de Minas e líderes estudantis universitários e secundaristas organizaram ações de fachada e insistiram na tese de que o Congresso se realizaria no Convento dos Dominicanos” (Conheça [...], 2017, on-line), desviando o foco do lugar em que efetivamente aconteceu.

Entretanto, a partir de 1968, com a prisão e assassinato de diversas lideranças importantes e com a promulgação do AI-5, a UNE passou por um intenso processo de desarticulação (Estilhaços [...], 2015). Em 1973, a 31ª Gestão da UNE é dissolvida e a entidade é encerrada. É somente em 1977 que os primeiros passos para a reconstrução do órgão são realizados, com o episódio do III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE), realizado na capital mineira (Há exatos [...], 2017).

Nos dias anteriores à data marcada para a realização do encontro, o Ministério da Educação e Cultura havia proibido o evento, e na véspera, o governador do estado decretou o bloqueio das universidades belorizontinas. Assim, cerca de 400 estudantes de todo o país ocuparam o interior do Diretório Acadêmico Alfredo Balena, em uma sexta-feira à noite, no Campus de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Região Central de Belo Horizonte, a fim de assegurar a realização do evento, “[...] com a escalada de tensão, os estudantes se revezavam em um microfone aberto em frente ao DA, que amplificava discursos inflamados, poemas e canções. Em dado momento, a Polícia Militar e o Exército cercaram o campus com arame de galinheiro, homens e viaturas” (Há exatos [...], 2017, on-line).

Na madrugada do dia seguinte, os policiais invadiram o espaço e todos os estudantes foram levados para o Parque de Exposições da Gameleira, e foram divididos entre as baias usadas para confinamento de animais. No local, como meio de resistência, cantaram canções brasileiras de protesto. Ao final da ação de repressão, 56 estudantes continuaram presos, sendo libertos somente ao final do dia, ainda que indiciados pela Lei de Segurança Nacional. O III ENE foi um movimento significativo para motivar o movimento estudantil, e também, para reestruturar os primeiros passos para a refundação da UNE, que aconteceu definitivamente em 1979 (Há exatos [...], 2017).

O movimento sindical também foi um importante braço da resistência mineira. Um dos principais eventos promovidos pelos trabalhadores mineiros foi a Greve de Contagem, que aconteceu no dia 16 de abril de 1968, em Contagem (MG). Durante a paralisação, inicialmente, 1.200 trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira suspenderam o funcionamento das fábricas, reivindicando reajustes salariais de 25%. A greve foi articulada pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, que havia sido eleita no ano anterior, mas não foi empossada devido à acusação de membros alinhados à esquerda infiltrados.

As primeiras tentativas de negociações foram rejeitadas pelos grevistas e, no decorrer dos dias, mais trabalhadores de indústrias da região aderiram ao movimento. No decorrer da ação grevista, os trabalhadores foram intimidados pelo ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, durante uma assembleia. 1.500 policiais militares tomaram o município durante a extensão da greve, além de realizarem buscas pelos operários em suas casas, ameaçando-os de demissão. A greve encerrou-se somente no décimo-primeiro dia, em 26 de abril, sem acordos firmados com os operários. Entretanto, o presidente-ditador Costa e Silva anunciou quatro dias depois do encerramento da greve, em 1º de maio, Dia do Trabalhador, o aumento de 10% nos salários para toda a população trabalhadora brasileira.

A greve “teve um resultado positivo, uma vez que a ditadura militar acabou fazendo concessões frente às reivindicações trabalhistas, ao ser surpreendida pelo ressurgimento do movimento operário, silenciado e reprimido desde o golpe de 1964” (Antunes; Ridenti, 2007, p. 85). Apesar dessa aparente vitória, após o fim da greve, diversos membros das comissões das fábricas foram demitidos, perseguidos e presos (Greve..., [s.d]).

No campo das artes, a resistência foi mobilizada a partir, principalmente, da produção de “arte-guerrilha”, que consistem em obras de “reflexão crítica, militância, experimentalismo estético e resistência política por meio do tensionamento da realidade, instigando a participação do espectador no âmbito artístico e pretendendo, como consequência, convocá-lo à participação política no contexto social” (Chagas, 2012, p. 313). Nesse contexto de produção, uma das mais importantes mostras de arte pública realizadas durante a repressão foi idealizada e organizada por Frederico Moraes. Intitulada *Do Corpo à Terra*, ela foi realizada no Parque Municipal, na capital do estado, em abril de 1970, durante a semana de celebração da Inconfidência Mineira. Em paralelo, aconteceu a mostra *Objeto e participação*, no Palácio das Artes, em que artistas criavam diversas obras no local. Nos dois eventos, os artistas da vanguarda refletiam sobre o conceito de arte, que sofreu uma metamorfose no momento, transmutando para algo de aberta à participação ampla do público (Chagas, 2012).

Entre as obras de arte-guerrilha realizadas durante o evento estava a do escultor e pintor carioca Cildo Meireles. A obra tematiza, justamente, a principal figura da Inconfidência Mineira, Tiradentes. O artista realizou um *happening*, que consistia em galinhas vivas atadas a um mastro, com um termômetro em seu cume, o qual o artista ateou fogo. De acordo com Tamara Chagas (2022, p. 310), “o sacrifício das galinhas associado ao título remete-nos ao sacrifício de Tiradentes pela independência brasileira no passado e, no presente da obra, ao sacrifício dos presos políticos, torturados e assassinados por se posicionarem contrariamente à Ditadura Civil-Militar brasileira”.

1.2. Ouro Preto durante o regime ditatorial

O relatório do Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (GT UFOP), vinculado à Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), assim como o próprio relatório dessa Comissão, comprovaram a existência de órgãos de repressão dentro do município de Ouro Preto, assim como a operação de perseguições e cassações, principalmente de políticos, trabalhadores e estudantes.

A Covemg (2017) apontou que a Delegacia e a Cadeia Pública de Ouro Preto foram utilizadas como centros de repressão dentro da cidade. Além disso, 15 Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos contra trabalhadores no município. Os IPMs eram estabelecidos para “investigar pessoas que desenvolviam atividades sindicais e políticas consideradas como ameaças ao regime militar” (Covemg, 2017, p. 239). A instituição desses inquéritos dão provas documentais as perseguições, prisões, torturas e assassinatos perpetrados aos trabalhadores (Covemg, 2017).

Além disso, cinco vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Aderilho Fernandes, Antônio Cardoso Roriz, Júlio José Armando Fuertes Árias (também conhecido por Júlio Fortes), Kirki Jerônimo e Sebastião Francisco, tiveram pedidos de cassação de seus mandatos, logo após o golpe, pelos demais membros da Câmara Municipal de Ouro Preto (GT UFOP, 2017). A cassação foi revertida judicialmente pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), devido ao seu teor arbitrário (GT UFOP, 2017), em junho de 1965. Os vereadores, após a reversão, voltaram a atuar em seus cargos (GT UFOP, 2017).

A perseguição aos estudantes também foi feita, inclusive, por parte da própria diretoria da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que denunciava os alunos para o DOPS, a fim de prejudicar alunos supostamente alinhados ao regime (GT UFOP, 2017). Logo após o golpe, a Escola de Minas, uma das instituições pertencentes à universidade, também

estabeleceu uma Comissão de Inquérito, baseado no Ato Institucional n.º 1, para apurar possíveis práticas de crime contra o Estado e a ordem política e social, presumivelmente realizadas por estudantes e docentes (GT UFOP, 2017).

Outra forma de repressão, ainda que mais velada, foram as celebrações oficiais do Dia de Tiradentes que ocorriam de forma anual em Ouro Preto. Em 09 de dezembro de 1965, um ano após o golpe militar, durante o governo Castelo Branco, pela Lei nº 4.897, o dia da morte de Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira, foi restabelecido como feriado nacional. A promulgação da lei também elevou o alferes a patrono cívico da nação. Os ideais da Inconfidência Mineira foram reavivados pelo governo ditatorial a fim de evocar o militarismo, o anticomunismo, a disciplina, a religiosidade, a liberdade e o progresso (Carvalho, 2006), associando o movimento do passado aos valores da ditadura civil-militar. O presidente-ditador, Médici, exaltou essa continuidade do ideário inconfidente em uma mensagem para o povo brasileiro, veiculado na rádio e na televisão, no dia 21 de abril de 1972, para celebração do feriado nacional e também para iniciar as comemorações do sesquicentenário da Independência do país:

Voltando o pensamento a Deus, a quem devemos agradecer a inspiração, a altivez e a coragem, com que temos sabido ser nação livre e soberana, fazemos votos para que todos possam descobrir no encontro do Sesquicentenário, os caminhos da permanência deste momento, em que na união, na confiança; e na fé, os brasileiros de agora constróem a grandeza, vislumbrada no sonho dos precursores. (BRASIL, 1972, on-line).

Como coloca Aline Carvalho (2006), a principal comemoração do Dia de Tiradentes acontecia em Ouro Preto, anualmente, sendo uma celebração cívica fixa no calendário da cidade. Os atos simbólicos que ocorriam durante o evento, como a disposição de uma coroa de flores aos pés da estátua de Tiradentes, o hasteamento das bandeiras e os discursos dos oradores e das figuras políticas, estabeleciam uma “continuidade entre os ideais inconfidentes e as ações políticas praticadas por eles, no presente. Ocorre a legitimação das ações do governo que se posiciona como movido por um ideal maior, projetado no passado, que não teria sido esquecido e sim sendo continuado” (Carvalho, 2006, p. 22).

Se, por um lado, Ouro Preto foi um importante local para as propagações das ideologias da ditadura civil-militar, principalmente com os eventos do dia 21 de abril, por outro, os movimentos de resistência atuaram amplamente no município. Segundo a Covemg (2017), enquanto as celebrações do dia 21 de abril aconteciam, simultaneamente, manifestações de estudantes e trabalhadores da região eram realizadas. E a resistência não se restringia a essa data.

A atuação do movimento estudantil no município, especialmente das repúblicas estudantis, foi também uma importante forma de oposição ao regime. Logo após a deposição de João Goulart, há indícios da criação da União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas (URSO), formada por estudantes das repúblicas Canaan, Castelo dos Nobres e Pureza (GT UFOP, 2017). Após o golpe, todos os estudantes fundadores do movimento foram presos e indiciados (GT UFOP, 2017).

Durante os anos do regime, 73 repúblicas existiam em Ouro Preto (Silveira *et al.*, 2018). Apesar de “no período pré e pós-golpe, o microcosmo republicano representou as diversas dinâmicas da sociedade brasileira, segmentando-se nas categorias de colaboração, resistência e ‘acomodação’ diante do regime imposto” (Silveira *et al.*, 2018, p. 215), os espaços republicanos foram meios significativos para reuniões, distribuição de livros e materiais políticos censurados e para a politização dos alunos da universidade, “era a partir das leituras e discussões que os líderes republicanos inseriam os calouros na dinâmica política do país, através da seguinte classificação: iniciante, simpatizante, membro no PCB, reestruturado e fortalecido na cidade desde 1965” (GT UFOP, 2017, p. 151). Esses alunos eram alvos de perseguições, inclusive dentro do circuito republicano, sendo taxados como “voluntários da revolução” (GT UFOP, 2017, p. 150).

Durante todos os anos do regime ditatorial, “a resistência estudantil às arbitrariedades do regime imposto em 1964 foi ininterrupta, mesmo com as constantes prisões, perseguições, incursões em repúblicas e violações executadas dentro das escolas” (GT UFOP, 2017, p. 152).

Outra importante forma de resistência e protesto contra as violações de direitos humanos, no município, foi no campo das artes. O Festival de Inverno de Ouro Preto, inicialmente organizado pela UFMG, foi criado com o intuito de promover cursos de formação artística para estudantes durante o período de férias. Logo, a ação se tornou uma das principais atividades extensionistas do país (GT UFOP, 2017).

A primeira edição do evento ocorreu em 1967, quando houve um aumento da atuação de movimentos de resistência nas artes, justamente, um ano antes da promulgação do AI-5, que intensificou a atuação da censura e da repressão (GT UFOP, 2017). Assim, o Festival representava um momento único, propiciando a sensação de liberdade, diante do regime repressivo, e atuando como um local de resistência cultural (GT UFOP, 2017).

Talvez, a mais significativa das edições do Festival, tenha sido a qual ocorreu a presença do Living Theatre em Ouro Preto. O grupo de teatro *off-Broadway* foi criado em 1947 pela atriz e diretora americana-alemã Judith Malina e pelo seu marido americano, Julian

Beck, que era cenógrafo, diretor, pintor e poeta. O grupo nasceu “com espírito contestador e libertário, colocando-se contra todas as formas de hipocrisia e trivialidade nas relações pessoais e profissionais” (Mostaço; Carli, 2009, p. 113). O Living Theatre chegou no Brasil a convite de integrantes do Teatro Oficina, outro importante nome da resistência cultural. Os membros do Living Theatre vinham ao país “com a expectativa de ajudar na resistência à ditadura que golpeava duramente a produção cultural brasileira” (Kaminski, 2023, p. 108). Em 1971, chegaram a Ouro Preto para se apresentar no Festival de Inverno.

Antes da sua participação no Festival de Inverno, o grupo já realizava oficinas e pesquisas, a fim de se integrarem à comunidade ouro-pretana, como apresenta Leon Kaminski (2023). No Dia das Mães, em maio de 1971, eles realizaram uma apresentação, com estudantes de uma escola do bairro Saramenha. A peça consistia na narração de sonhos, enquanto algumas crianças e suas mães percorriam um trajeto demarcado no chão e outras usavam as pernas para representar o movimento das ondas do mar. Acredita-se que a apresentação foi denunciada por um padre, que teria apontado que os estudantes estariam participando de cenas obscenas. Essa denúncia, sinalizaria o marco da perseguição do grupo na cidade (Kaminski, 2023). Assim, “em meio a todo esse processo, as negociações com os organizadores do Festival de Inverno não prosperaram, sob a alegação de falta de verbas. A negativa sinalizava como que uma autocensura por parte do evento, de modo a evitar atritos com as autoridades” (Kaminski, 2023, p. 118).

Apesar dessas questões, o grupo tentou seguir com as apresentações no Festival de Inverno de 1971. Entretanto, a casa onde os artistas viviam foi invadida por agentes do DOPS, sob a alegação de busca por drogas (CNV, 2014), antes da realização do evento. 21 membros do grupo foram presos e alguns, torturados. Os homens foram enviados para o DOPS de Belo Horizonte e as mulheres para prisão feminina Estevão Pinto, também localizada na capital. Alguns integrantes foram liberados, mas logo apreendidos novamente, sob o pretexto de posse de drogas e terem praticado crimes “subversivos” (CNV, 2014). Algum tempo depois, dez integrantes receberam o *habeas corpus*, enquanto os fundadores Julian Beck e Judith Molina, e mais três membros do grupo aguardavam o julgamento do juiz de Ouro Preto, Moacir Silva Andrade (CNV, 2014).

O julgamento teve início em 26 de julho e já ganhava grande notoriedade nacional e internacional, levando a diversos artistas, como o escritor Umberto Eco, a pedirem a libertação do grupo. Além disso, personalidades da mídia realizaram um manifesto com mais de 120 assinaturas, destinado ao presidente-ditador Médici, requerendo a liberação dos demais membros. Em 28 de agosto, o então presidente decidiu pela expulsão dos membros do

país, e no dia primeiro de outubro de 1972, os integrantes foram absolvidos, uma vez que não haviam sido provados os crimes alegados (CNV, 2014).

2. AS MEMÓRIAS NÃO ENDEREÇADAS DA DITADURA

Foi durante o governo de Ernesto Geisel, na década de 1970, que a ideia de reabertura política começou a ser concretizada. Nesse contexto, o presidente realizou uma série de iniciativas para atenuar “a opressão política, como o abrandamento da censura à imprensa, a revogação de parte da legislação repressiva (como o AI-5 e o decreto-lei no 477), o restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos e a abolição das penas de morte, prisão perpétua e banimento” (Fico, 2010, p. 319).

O Movimento Feminino pela Anistia, estabelecido em 1975, organizado por mães, esposas e filhas de presos e desaparecidos políticos, foi um dos primeiros a criar campanhas e fazer pressão para o estabelecimento do perdão político. É em 1978, com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), criado no Rio de Janeiro, que os esforços por uma anistia, ampla, geral e irrestrita, tornaram-se mais eloquentes.

Como coloca Paulo Abrão (2011, p. 119), “o movimento pela anistia passa a significar a volta à cena pública das manifestações, passeatas e reivindicações de direitos, funcionando como meio de induzir o despertar de uma sociedade oprimida, que volta lentamente a naturalizar a participação cívica”. Assim, diversos atos em prol da anistia começaram a ocorrer no país. Até os jogos de futebol, nos quais torcedores erguiam faixas com a frase “anistia geral, ampla e irrestrita”, tornaram-se palco de manifestações. Em 1976, quando a campanha ainda estava em crescimento, no velório de João Goulart, o caixão do presidente derrubado pelo golpe foi envolto numa bandeira com a palavra “anistia”.

Apesar do processo de anistia ter sido iniciado durante o governo Geisel é somente no governo de Figueiredo, em junho de 1979, um mês após a sua posse, que a Lei da Anistia é apresentada ao Congresso Nacional. Após o texto do Projeto de Lei tornar-se público, ficou claro que “a proposta da sociedade foi derrotada no Congresso Nacional restando aprovado o projeto de lei de anistia ‘restrita’ oriundo do governo militar” (Abrão, 2011, p. 123). Assim, uma série de novos protestos se espalharam nacionalmente, inclusive de presos políticos que organizaram uma greve de fome em diversos centros de detenções no país.

Outro ponto do projeto apresentado se tornou o centro das pautas de reivindicação política: o perdão para todos aqueles que tivessem cometido quaisquer crimes políticos. Isso abriu brechas para um perdão que incluía os militares. Carlos Fico pauta que essa “fórmula obscura” foi adotada porque o governo não estava preocupado apenas com torturadores, “ao anistiar os “crimes políticos ou praticados por motivação política”, o projeto garantia que, no futuro, nenhum militar seria punido em função das ilegalidades praticadas durante a ditadura”

(2010, p. 321). Esse perdão mútuo baseava-se em uma ideia de reprimir a investigação dos delitos e, portanto, o governo sistematicamente ampliava a interpretação do espectro de abrangência da lei, como observa Paulo Abrão (2011). Nesse movimento duplo da anistia, igualmente pondera Mezarobba (2010), a intenção militar era encerrar a questão sobre a violação dos direitos humanos sem atender as reivindicações feitas pelos perseguidos políticos do período.

Assim, a Lei da Anistia foi promulgada dois meses após a apresentação do projeto, em agosto de 1979. A publicação dessa lei foi um importante passo no processo de redemocratização, mas ainda extremamente limitado pelo poder militar, sobretudo no que dificultaria investigações e punições de crimes, bem como a justa construção sobre a verdade e a memória das violações e de suas vítimas. Apesar do contexto de abertura política, a lei aprovada “ficou restrita aos limites estabelecidos pelo regime militar e às circunstâncias da época” (Mezarobba, 2003, p. 142). Se, por um lado, atendia uma reivindicação existente, que havia tomado força na última década com manifestações e o apoio público da elite intelectual e (de certa parte) política, a Lei da Anistia, por outro, “mostrou-se mais eficaz aos integrantes do aparato de repressão do que aos perseguidos políticos e não foi capaz de encerrar a escalada de atrocidades iniciadas com o golpe de 1964”, como avalia Mezarobba (2003, p. 142).

Esse processo elucida ainda mais claramente a intenção dos militares de pautar a ditadura como “um regime de exceção legitimado em uma situação de emergência e dotado de ‘força de lei’ revolucionária” (Bruno, 2020, p. 24-25). Assim, as transgressões, vistas como supostos exageros cometidos pelo Estado, foram colocadas como uma necessidade para salvar a pátria da ameaça comunista e da corrupção. Ou seja, entendeu-se que, para o encerramento desse período, deveria haver um “perdão recíproco” (Mezarobba, 2010, p. 11), pelas infrações cometidas pelos militantes de esquerda e os militares, como se os crimes por uns e outros fossem capazes de se equivaler.

Esse cenário criado propositalmente pelos militares era impulsionado, também, pelos discursos de “olhar para o futuro” propagados na economia, tomada pela alta inflação, e na vida civil, que visava assegurar os direitos da nova Constituição (Lissofsky; Aguiar, 2016). Mirar adiante significava, em última instância, deixar para trás o passado e, com ele, “a duradoura necessidade [das vítimas] de recordar, movida por reivindicações nunca atendidas, verdades desconhecidas e pelo desejo de que aquele sofrimento não se repita” (Mezarobba, 2003, p. 147).

Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2010), a Lei de Anistia foi uma tentativa pseudo-jurídica de apagar os acontecimentos e de manipular a memória coletiva. A palavra “anistia”, como aponta a autora, tem uma similaridade sonora com “amnésia”, trazendo à tona seu significado de desmemoriamiento forçado. Contudo, quando estão em pauta crimes dessa natureza, a falta de elaboração memorialística traz implicações individuais e coletivas, às vítimas tanto quanto à sociedade como um todo, que faz com que esse passado perdure de maneira constante no presente.

No caso dos sobreviventes e das famílias e amigos das vítimas fatais, dado o envolvimento direto, essa falta foi mais notável. Por isso, começaram a reunir esforços para criar alguns movimentos de apuração da verdade e da memória. O projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) foi pioneiro na investigação da repressão ditatorial e, com ele, tornou-se possível fundar um início da elaboração de memórias. Desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese Metropolitana de São Paulo, sob a coordenação do Reverendo Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns, entre agosto de 1979 e março de 1985, ainda durante o período ditatorial, tinha como objetivo apurar informações sobre as torturas e repressões políticas praticadas a partir dos processos judiciais que se temia que fossem destruídos com o fim da ditadura. A partir da análise de 1,2 milhão de páginas de autos dos processos realizados no Supremo Tribunal Militar (STM), testemunhos e documentos produzidos pelo governo militar, o BNM produziu e publicou mais de 5.000 páginas em seu relatório, além de uma versão reduzida em livro, que figurou por 92 semanas entre os dez mais vendidos do país. Como evidencia Janaína Teles (2012, p. 267), “a obra revelou, pela primeira vez, com provas irrefutáveis, a atuação do terrorismo de Estado instaurado em 1964 e suas estratégias de repressão”.

O projeto é “até hoje considerado a maior iniciativa da sociedade civil no Brasil em prol dos direitos à memória, verdade e justiça” (BNM Digital, [s.d.], on-line). A partir dele, a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi ratificada no país em 1991. Ele também influenciou o trabalho da Assembleia Constituinte da Constituição de 1988, para criação da Lei 9.455/1997, que “define os crimes de tortura e dá outras providências”, como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (Brasil: Nunca Mais, [s.d.]).

Nesse contexto, surge ainda o Movimento Tortura Nunca Mais, constituindo-se como uma importante referência sobre a memória do período ditatorial. Sua primeira organização aconteceu ao final da ditadura civil-militar, em 1985, no Rio de Janeiro, sendo composto por ex-presos políticos e por familiares de mortos e desaparecidos, unidos pela defesa dos direitos

humanos e das reivindicações das vítimas e de seus familiares. Aos poucos, o grupo se expandiu para a formação em outros estados, entre eles Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Paraná, Alagoas e Goiás.

Por parte do aparelho estatal, somente no início dos anos 2000 é que ocorrem esforços mais sólidos e efetivos com a intenção de encarar de frente o passado ditatorial, no sentido de investigar a verdade e criar uma cultura de memória no país (Mezarobba, 2010). A primeira iniciativa ocorre em 2007, durante o segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o lançamento do livro-relatório “Direito à memória e à verdade”, resultante de onze anos de atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Essa foi a primeira comissão estatal criada para lidar com a herança da ditadura, tendo sido instaurada em 1995 e extinta no governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL), em dezembro de 2022. Como aponta Mezarobba (2010, p. 19) o livro-relatório da CEMDP é o “primeiro documento oficial do Estado brasileiro a atribuir a integrantes das forças de segurança crimes como tortura, estupro, esquartejamento, decapitação, ocultação de cadáveres e assassinato de opositores do regime militar que já estavam presos e, portanto, impossibilitados de reagir”. A obra também ajudou a elucidar e derrubar as versões oficiais que indicavam que as vítimas foram mortas por tentativas de fuga, travamento de confrontos armados com a polícia ou suicídio, pois “as investigações realizadas conseguiram demonstrar que a maioria absoluta dos opositores foi presa, torturada e executada” (Mezarobba, 2010, p. 19).

Em maio de 2009, também foi lançado o portal Memórias Reveladas, uma designação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), com o objetivo de difundir informações documentais sobre as lutas políticas no Brasil que ocorreram durante o período da ditadura civil-militar. O portal inclui documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e pela Comissão Geral de Investigações (CGI), controladas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Federal (Mezarobba, 2010).

Desde a sua fundação “tem se dedicado a disponibilizar e divulgar um vasto acervo documental referente à repressão e à resistência política durante o período ditatorial, estimulando estudos diversos sobre o tema” (Memórias Reveladas, [s.d], on-line). Foi a partir dos documentos disponibilizados no arquivo que os assassinatos do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Rubens Paiva, e do estudante de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Stuart Jones, foram solucionados (O desmonte [...], 2024).

Em 16 de maio de 2012, durante o governo da ex-perseguida política da ditadura e então presidenta Dilma Rousseff (PT), um dos mais imperativos esforços estatais é instituído, pela Lei 12.528/2011, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que objetivava apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Ao final do primeiro mandato de Dilma, a CNV entregou o seu relatório final, composto por três volumes e 4.300 páginas. O relatório utilizou de laudos periciais, recolheu depoimentos das vítimas, familiares e dos autores dos crimes e de relatórios e pesquisas produzidas previamente, como os volumes publicados pelo projeto Brasil: Nunca Mais. Por fim, o relatório apontou 377 responsáveis pelos crimes cometidos e o registro oficial de 434 mortos e desaparecidos durante o regime, além de elaborar 29 recomendações ao Estado brasileiro para medidas institucionais e contínuas para reparação com as vítimas e familiares e a perpetuação da memória acerca do período.

A Comissão foi essencial para apontar e firmar a dimensão dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, entre eles a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados, e caracterizá-las como crimes contra a humanidade (Weichert, 2014). Essa conclusão tornou-se de extrema importância, também, para o “reconhecimento estatal de que houve a perpetração de crimes contra a humanidade por agentes do governo brasileiro” (Weichert, 2014. p. 96-97). A CNV também reverberou na instalação de comissões de verdade estaduais, municipais e institucionais.

2.1 Traços e elaboração da memória ditatorial em Minas Gerais e em Ouro Preto

Minas Gerais instaurou sua comissão estadual, nomeada Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), em 2013. Ela operou durante quatro anos, até a entrega do relatório final, em 2017. O documento, composto por mais de 1.700 páginas, foi a principal investigação de violação aos direitos humanos feita em Minas Gerais, segundo o coordenador da comissão, Robson Sávio (Comissão [...], 2017). O relatório também avança em dimensionar as transgressões praticadas no estado, identificando mais de 1.531 presos políticos e 125 torturadores (Oliveira, 2017). Como conclusão, o relatório indicou, principalmente, duas ações: a criação ou manutenção de espaços de memória, como monumentos, identificação de locais onde ocorreram as violações aos direitos humanos e a troca de nomes de locais públicos que carreguem o nome de envolvidos com o regime, e o acesso à informação e, com isso, a abertura de arquivos para pesquisa, inclusão de conteúdos

acerca do período nos currículos do ensino básico e a digitalização de documentos (Ribeiro; Frota; Gomes, 2018, p. 6.557).

Além da Covemg, outras comissões mineiras municipais e da sociedade civil foram estabelecidas. Destaca-se a criação da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF), no município de Juiz de Fora (MG), estabelecida em 2014, por meio do Decreto Executivo Municipal 11.922, e a Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical de Minas Gerais (Covet-MG), estabelecida em 2017, após mandato da Comissão da Verdade mineira, para continuar os esforços de investigações de regressões e transgressões cometidas com trabalhadores entre 1946 a 1988, especialmente durante o período da ditadura civil-militar. Ambas as comissões visavam continuar os precedentes da CNV e da Covemg, de elucidar casos de violação de direitos humanos e “esclarecer a verdade, reescrevendo a história a partir da versão dos perseguidos, dos silenciados e dos excluídos daquele período” (Covemg, 2017, p. 27). Em julho de 2015, a CMV-JF publicou o seu relatório final. A Covet-MG não elaborou um relatório de conclusão.

Alguns projetos universitários no estado também se dedicaram a pesquisar sobre as memórias da ditadura civil-militar em Minas Gerais. Destacam-se entre eles o projeto “A Ditadura em Minas Gerais”, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), com pesquisadores vinculados a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sob coordenação de Leon Kaminski (UEMG); o projeto de extensão “Presenças da Ditadura em Juiz de Fora”, coordenado pelo professor Fernando Perlatto, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que visa divulgar lugares de memória na cidade mineira; o projeto “Direito à Memória, Direito à Verdade”, coordenado pela professora Heloísa Starling, da UFMG, que materializa as memórias “de 395 brasileiros que morreram ou desapareceram durante o período do regime militar (1964-1985)” (Heloisa [...], 2011, on-line).

Além dos projetos, há nas universidades outros esforços para preservação da documentação acerca do período. A UFMG, especialmente, conserva em seu acervo da Biblioteca Central, na Divisão das Coleções Especiais e Obras Raras, o Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), que reúne documentos e fichas contendo informações de servidores e alunos, que eram considerados um risco para o regime. Entre as fichas guardadas está a da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), que foi perseguida e presa política durante o período, enquanto era estudante de economia na Universidade, e do

ex-governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), também ex-perseguido político da ditadura.

Para além dos esforços investigativos e preservacionistas, a memória ditatorial é encampada em outras instâncias. Em 2016, o então antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG), no Centro de Belo Horizonte, foi tombado pelos patrimônios municipal e estadual de Minas Gerais. Dois anos após o tombamento, o então governador do estado, Fernando Pimentel, anunciou o projeto de transformar o local no Memorial dos Direitos Humanos Casa da Liberdade, com o objetivo de homenagear as vítimas do regime ditatorial, mas o projeto nunca foi concretizado.

Em 2017 houve uma investigação de possíveis irregularidades nas obras do local, devido a uma denúncia que envolvia um contrato de cooperação entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de um suposto desvio de cerca de R\$4 milhões da construção do Memorial. Em dezembro do mesmo ano, a Polícia Federal conduziu coercitivamente gestores da Universidade, incluindo o reitor, Jaime Arturo Ramirez, a vice-reitora, Sandra Regina Goulart Almeida, e o presidente da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (Fundep), Alfredo Gontijo de Oliveira, para serem ouvidos na superintendência da Polícia Federal de Belo Horizonte. Docentes e funcionários da UFMG, na época, realizaram manifestações na sede da Polícia Federal. Além disso, ex-reitores e ex-vice-reitores também assinaram uma carta em repúdio às ações transcorridas. Na carta, eles expressaram sua indignação aos acontecimentos (Ex-reitores [...], 2017). A investigação foi arquivada pelo MPF, em junho de 2020, por falta de provas e indícios de improbidade administrativa (Por falta [...], 2020).

Em abril de 2025, mês que marcou os 61 anos do golpe, o prédio do DOPS-MG foi ocupado por movimentos sociais populares de Belo Horizonte. A ocupação, que segue no espaço, visa reivindicar a execução do projeto e a abertura do Memorial oficialmente. Os coletivos promovem visitas guiadas no local, a fim de reforçar a necessidade de transformá-lo em um memorial. No mesmo mês, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um procedimento preparatório, processo antecedente a uma investigação, para acompanhar a implementação do projeto. O procedimento foi posto em resposta às reivindicações dos movimentos que, além de pleitear a abertura imediata do local, solicitaram destinação de recursos para a obra e inclusão dos movimentos sociais no gerenciamento do memorial até estar oficialmente aberto (MPF [...], 2025).

Em iniciativa distinta, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em 28 de agosto de 2025, realizou uma cerimônia, em suas dependências, para realizar uma entrega

coletiva de certidões de óbito retificadas, reconhecendo a causa da morte como morte violenta ocasionada pelo Estado. Na ocasião, 22 famílias de vítimas da ditadura civil-militar receberam as novas certidões. Essa cerimônia foi a primeira entrega coletiva dos documentos retificados do país (Famílias [...], 2025). As certidões são majoritariamente de cidadãos que nasceram ou morreram em Minas Gerais (Famílias [...], 2025).

Entre os esforços que ocorreram após a instalação da Covemg está um mais diretamente ligado à cidade de Ouro Preto: a composição do Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (GT UFOP). O grupo surgiu a partir de um acordo entre a universidade e a comissão estadual, em outubro de 2016. A pesquisa, realizada entre novembro do mesmo ano e junho de 2017, visou, principalmente, pesquisar as violações de direitos fundamentais, entre 1964 a 1988, na Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) e na Escola de Farmácia (EFAR). O trabalho voltou-se, sobretudo, à organização dos movimentos estudantis no ambiente universitário e à repressão que foi mobilizada contra eles.

O GT UFOP foi mais um importante passo para “o conhecimento e o reconhecimento da atuação estudantil” (GT UFOP, 2017, p. 9) e também para a elaboração da memória coletiva sobre o período nos municípios onde a instituição atua. Seu relatório, de 258 páginas, foi desdobrado no livro “Histórias de Repressão e Luta na UFOP, Ouro Preto e Região”, publicado em 2018 pela Editora UFOP.

Como o próprio relatório aponta, ele “não pretende ser uma avaliação inequívoca e definitiva sobre o contexto da ditadura militar nas instituições de ensino superior de Ouro Preto” (GT UFOP, 2017, p. 9). O documento indica a necessidade de, especialmente devido ao recorte voltado para a instituição, de haver iniciativas subsequentes capazes de traçar um panorama completo da atuação ditatorial no município, apontando a importância de associar os esforços do relatório a outros trabalhos acadêmicos ou não produzidos sobre a ditadura na cidade.

A UFOP, além de produzir o relatório do GT UFOP, e participar do projeto “A Ditadura em Minas Gerais”, também realiza projetos de iniciação científica, publica artigos, dissertações e teses que pesquisam sobre a ditadura civil-militar, a níveis nacionais, estaduais e municipais. Ressaltam-se as pesquisas voltadas para o território de Ouro Preto. Os trabalhos publicados, nesse recorte, voltam-se principalmente para estudar a atuação dos estudantes universitários na resistência ao regime e a presença do Living Theatre no Festival de Inverno de 1971.

2.2. Nas artes, outras formas de trabalho sobre a memória do regime

Assim como esforços investigativos e memorialísticos importantes nacionalmente começaram a ser desenvolvidos no final da década de 1980, o campo das artes também foi e ainda é um ambiente prolífico para a elaboração histórica e memorialística acerca do período, tornando-se um palco de rememoração e resistência. Foi por meio das obras que sobreviventes, familiares e amigos, além de outros envolvidos com a questão, puderam elaborar suas lembranças e perpetuar a memória daqueles que foram perseguidos, torturados e/ou assassinados durante o período e entender os desdobramentos sociais e políticos do período repressivo.

Como afirma Alice Souza (2017, p. 38), “a emergência da memória torna-se uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais nos anos 1980 com um *boom* de memória”. O tratamento memorialístico sobre a ditadura se deu no Brasil, ainda antes da redemocratização, com a produção de testemunhos em livros e filmes, além da apresentação de histórias de censura e repressão em eventos acadêmicos.

Entretanto, é no século seguinte que o país começou a estabelecer, ainda que de maneira esparsa e fragmentada, uma cultura de memória ética acerca do período (Souza, 2017). Esses esforços se deram a partir da inauguração de monumentos, museus e arquivos públicos, da execução de produções literárias e cinematográficas e da realização de escrachos. O primeiro desses esforços, segundo Souza (2017), foi a construção do Monumento Tortura Nunca Mais no Recife, em Pernambuco, em 1993. A estátua, localizada na praça Padre Henrique, foi concebida pelo arquiteto Demétrio Albuquerque como homenagem aos mortos e desaparecidos políticos brasileiros. Trata-se de uma escultura na qual um homem é suspenso no ar por uma barra de ferro, em uma posição, em que parece recolhido em sua dor, que remete ao pau de arara, método de tortura amplamente utilizado pelos militares durante o regime.

Como ponderam Mauricio Lisovsky e Ana Lígia Aguiar (2016), esses espaços públicos de rememoração nunca estiveram de modo prioritário na agenda política brasileira nem foram motivo de mobilizações sociais ou governamentais logo após o fim da ditadura ou nas últimas décadas. Como descrevem os autores, “são monumentos na falta de monumentos, monumentos à deriva” (Lisovsky; Aguiar, 2016, p. 354). Mesmo assim, é possível mapear sua existência em diferentes localidades do país, como o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, construído em 2014, ano que marca a entrega do relatório final da CNV. A instalação artística está localizada em São Paulo, no Parque do Ibirapuera.

Antes disso, a Universidade de São Paulo (USP) também recebeu o Memorial em Homenagem aos Membros da comunidade USP que Foram Perseguidos e Mortos por Motivações Políticas durante o Regime Militar, em 2012 (Souza, 2017).

Em 2002, a cidade de São Paulo também inaugurou o Memorial da Liberdade, que abriu ao público a vista das antigas celas do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS-SP). Em 2009, ele foi reinaugurado como Memorial da Resistência. O espaço, além da exposição permanente e de um Centro de Pesquisa e Referência, sedia regularmente mostras sobre questões afinadas à temática da ditadura, a exemplo de “Hiatus: a Memória da Violência Ditatorial na América Latina”, que ocorreu entre 2017 e 2018. Ela foi uma das mais importantes iniciativas do campo das artes plásticas para tematizar a memória ditatorial, que exibiu instalações, fotografias, intervenções, estruturas e vídeo, que “dialogam com os resultados das Comissões da Verdade e modos de violações semelhantes no mundo contemporâneo” (Memorial da Resistência, 2017). Antes disso, em termos de exposição, destaca-se “MemoriAntonia”, realizada por Andréas Knitz, Fulvia Molina, Horst Hoheisel e Marcelo Brodsky, ocorrida em 2003 no Centro Universitário Maria Antonia, da USP, antigo palco de uma batalha da repressão ditatorial, em 1968.

Ademais da instalação de monumentos e espaços de memória, outras produções cinematográficas e literárias imperaram como importantes esforços para a produção de uma cultura memorialística no país. No cinema, destacam-se as produções, que aconteceram já no século XXI: “Casseta e Planeta: a taça do mundo é nossa”, de Lula Buarque de Hollanda (2003); “Cabra-cega”, de Toni Venturi (2004); “Araguaia: a conspiração do silêncio”, de Ronaldo Duque (2004); “Quase dois irmãos”, de Lucia Murat (2005); “Zuzu Angel”, de Sérgio Rezende (2006); “O ano em que meus pais saíram de férias”, de Cao Hamburger (2006) e “Batismo de Sangue”, de Helvécio Ratton (2007) (Stigger, 2011). De forma mais recente, ressalta-se a produção “Ainda estou aqui”, de Walter Salles (2024), primeiro longa-metragem brasileiro a ganhar o Oscar de Melhor Filme Internacional. O filme é baseado na autobiografia homônima de Marcelo Rubens Paiva, publicada em 2015, que retrata a vida de sua família, após o desaparecimento de seu pai, o ex-deputado do Rio de Janeiro, Rubens Paiva, durante a ditadura civil-militar.

Outras produções literárias que se destacam feitas durante o mesmo período são: “Castello - a marcha para a ditadura”, de Lira Neto (2004); “Marighella”, de Mário Magalhães (2012); “K: relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski (2012); “A casa da vovó”, de Marcelo Godoy (2014); “Ditadura à brasileira”, de Marco Antônio Villa (2014) e “A resistência”, de Julián Fuks (2015) e “Em nome dos pais”, de Matheus Leitão (2017) (36

livros [...], 2019). Uma notável diferença da literatura testemunhal produzida durante o regime para grande parte da produzida na atualidade é que trata-se de uma “escrita transgeracional: são os filhos da geração de 1960 e 1970, herdeiros do trauma, que agora atingiram a idade adulta e passam a produzir e escrever literatura sobre a experiência da herança, a partir de outro tempo de enunciação”, como explica Lua da Cruz (2021, p. 38).

Ao analisar especificamente produções contemporâneas realizadas entre 2010 e 2016 e, nesse recorte, o livro “K: relato de uma busca”, José Carlos Freire (2024, p. 11) reflete que a literatura cumpre o papel de rememoração, não se propondo “a reconstrução dos fatos, mas sim a elaboração do vivido por meio da arte”. É o caso do livro de Kucinski, que narra os acontecimentos após o desaparecimento de sua irmã, a professora do Departamento de Química da Universidade de São Paulo (USP) e militante da Aliança Libertadora Nacional (ANL), Ana Rosa Kucinski, que ocorreu em 1974. Mesclando elementos verdadeiros com a ficção, o autor cria uma “obra paradigmática: assim como o pai de Ana Rosa [personagem central do livro], estamos ainda como país em busca da memória daquilo que aconteceu” (Freire, 2024, p. 11).

Como no livro de Kucinski, a literatura (bem como o cinema e as artes plásticas) pode funcionar como um meio de conceder às vítimas a resolução de suas histórias ou, conforme defende Freire (2024, p. 12), “de reconhecer que existiram”. A necessidade desse reconhecimento parte principalmente do “sentimento de impossibilidade” que ainda se experimenta ao tentar elaborar o passado ditatorial, de uma nação que, por um lado, busca informações, colhe depoimentos, analisa documentações e produz enormes relatórios públicos, como a CNV e aqueles publicizados pelas comissões estaduais, e, por outro, não vê a efetivação jurídica das recomendações realizadas e nem a punição dos perpetradores da repressão (Freire, 2024). Com a “elaboração limitada do passado que converte a potência de uma política de memória na reafirmação de uma política de esquecimento” (Freire, 2024, p. 9), as artes também se voltam a esse papel, “cria[m] contranarrativas sobre os processos de justiça, de memória e de reparação no Brasil e como percorrem as flechas do tempo em outras direções que não aquelas impostas pelas lógicas institucionais e do poder hegemônico” (da Cruz, 2021, p. 135).

Sem pretensão de fazer um mapeamento exaustivo de monumentos, espaços de memória, exposições, filmes ou livros, esses títulos já demonstram como o tema movimenta uma produção significativa. Outro movimento importante que vem acontecendo, ainda que de forma tímida, é o reconhecimento da importância de rever nomes de ruas e espaços públicos que levam o nome de presidentes-ditadores, torturadores ou apoiadores do regime. Segundo

levantamento feito pela Agência Pública, em 2017, há 2.896 km de ruas com nome de perpetradores, enquanto somente 164 km relembram as vítimas. A prefeitura da cidade de São Paulo realizou, em 2015, uma campanha denominada “Ruas da Memória”, que incentivava a troca de nomes de ruas que homenageiam os perpetradores do regime (Ruas de Memória, 2016). A campanha foi continuada, em 2017, pelo Núcleo de Memória, sendo renomeada para “Ruas da Vergonha”, que realizou ações trocando os nomes de ruas que homenageiam torturadores, para as de genocidas conhecidos, como Adolf Hitler e Benito Mussolini (Ruas da Vergonha, *[s.d]*).

No que diz respeito a Minas Gerais, movimento semelhante também tem ocorrido em relação à elaboração histórica e memorialística. O estado, em 2004, recebeu o seu primeiro monumento em homenagem às vítimas do período repressivo. Intitulada “Liberdade”, a obra é uma homenagem a quatro estudantes da UFMG, que foram assassinados durante a ditadura militar: Gildo Macedo Lacerda, Idalísio Soares Aranha Filho, José Carlos Novais da Mata Machado e Walkíria Afonso. A instalação é composta por quatro troncos tombados, que rememoram as vítimas. Ela reside, de forma permanente, em frente à Biblioteca Central da universidade e foi feita por Fabrício Fernandino, professor do departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes (EBA) da instituição (UFMG [...], 2024). Além desse monumento, outro importante marco erguido na capital mineira foi realizado em frente ao antigo DOPS-MG, em 2013. Nomeado “Trilhas da Anistia”, o marco faz parte do projeto Marcas da Memória da Comissão, que fomenta atividades culturais e de memória acerca do período, sobretudo, da luta pela anistia e pela democratização. O monumento foi construído em aço e representa uma bandeira do Brasil vazada com os nomes dos 58 mineiros, reconhecidos oficialmente como mortos e desaparecidos da ditadura (Arantes, 2013).

Além disso, outras produções culturais também ocorreram no estado. Em 2014, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sediou a mostra “1964-1985 - a subversão do esquecimento”, que reviveu as duas décadas da ditadura militar (Exposição [...], 2014). Entre outubro e novembro de 2024, a exposição “Identidades”, de Giulia Souza, que reuniu fotografias do regime, foi sediada na Galeria do Centro Cultural UFMG (Giulia [...], 2024). Também na UFMG, a exposição “Memórias encontradas: entre a solidariedade e a perseguição” ocorreu em junho de 2025. A exposição revisita os anos de terror nos países da Cone Sul, sobretudo, visando a temática da repressão e do exílio (Exposição [...], 2025).

O filme “Batismo de Sangue” (2007), de Helvécio Ratton, ainda que seja ambientado em São Paulo, foi filmado, majoritariamente, em Belo Horizonte. Em 2024, o professor da UFMG e cineasta, Rafael Conde, lançou o filme “Zé”, que retrata a vida de José Carlos

Novais da Mata Machado, estudante da UFMG, que foi assassinado em 1973, pelo DOI-CODI de Recife (Filme [...], 2024).

Em 2023, a cidade de Belo Horizonte sancionou a Lei nº 11.459/2023, que proíbe o uso de nome de perpetradores, datas e figuras relacionadas à ditadura civil-militar, para batizar logradouros e imóveis na cidade. Entretanto, alguns importantes espaços do município carregam o nome de agentes da repressão, como é o caso do Estádio Governador Magalhães Pinto, popularmente conhecido como Mineirão. O governador, que é homenageado, foi uma das mais importantes figuras mineiras para a articulação do golpe de 1964.

Em Ouro Preto, atualmente, não há nenhum monumento que homenageia as vítimas ou voltada para a rememoração do período, apesar de ter sido um importante palco para a propagação dos ideais ditatoriais. Em 2025, como parte do projeto “A Ditadura em Minas Gerais”, um circuito guiado pelo centro histórico, intitulado “Trilhas da memória da ditadura em Ouro Preto”, conduzido pelas historiadoras Letícia Ribeiro e Vitória Ivo, foi montado para ressignificar alguns espaços. Durante o trajeto, as historiadoras narram alguns episódios significativos para entender a repressão e resistência no município, com base em suas próprias pesquisas e de pesquisadores do projeto, além de no relatório GT UFOP.

Outros movimentos de cunho artístico, voltados para a rememoração, vem acontecendo no município, ainda de modo pontual. Em 2017, o Departamento de Museologia da UFOP organizou a exposição “Você precisa saber de mim: as representações dos silenciados nas Geraes”. A mostra de obras era composta por trabalhos artísticos, produzidos entre 1960 e 1980, de artistas de Belo Horizonte, Viçosa, Juiz de Fora e de Ouro Preto (Torisu, 2017). Em 2024, o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG - Campus Ouro Preto) realizou, no mês do estudante, uma programação com a temática “Ditadura Nunca Mais! Para os Problemas da Democracia, Mais Democracia!”, que contou com atividades como música, exibição de minidocumentário, exposição, sarau, roda de conversa e cine debate (Ditadura [...], 2024).

Além disso, em 2017, o livro “Hélcio”, que resgata a memória de Hélcio Pereira Fortes, vítima ouro-pretana da ditadura, organizado por seu irmão Délcio Pereira Fortes e com contribuição de amigos e familiares, foi publicado pela editora Usina do Livro. Em 22 de outubro de 1993, uma rua no bairro Lagoa, em Belo Horizonte, foi batizada como “Hélcio Pereira Fortes”, em sua homenagem, por meio do decreto municipal n.º 7725. Outra rua, no bairro Paciência, no Rio de Janeiro, também foi renomeada em sua homenagem.

É importante assinalar que, sobre o movimento de renomeação de espaços públicos, Ouro Preto ainda mantém dívida. No relatório do GT UFOP (2017, p. 231), recomendou-se

que a universidade “solicite à Câmara Municipal de Ouro Preto a mudança de nome do Largo Vicente Ellena Tropa [onde se situa a Escola de Farmácia, com base em prova documental e testemunhal de que ele foi grande apoiador da ditadura] em reconhecimento e preservação da memória dos estudantes que foram vítimas de violações durante a ditadura”. Até hoje isso não ocorreu.

Retomando as ideias de Maurício Lissovsky e Ana Lúcia Leite Aguiar (2016), do mesmo modo que os monumentos instalados para relembrar o período estão à deriva, também as memórias que constituem o ponto de partida para as suas construções estão desgarradas da memória coletiva do país. Sejam em relatórios, monumentos, espaços de memória ou produções artísticas, devido à falta de uma construção memorialística concreta no país, essas lembranças ainda pairam sobre o ar, fadadas à fragilidade do esquecimento, a uma existência real, mas com sentido incapaz de ser compreendido. Suas existências, contudo, são fundamentais.

3. DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA: ARQUIVOS PÚBLICOS, FOTOGRAFIA E LIVRO-REPORTAGEM NO ENFRENTAMENTO AO SILENCIAMENTO DITATORIAL

Mariana Joffily (apud Santos; Oliveira, 2024) constata que, entre os países da América Latina, o Brasil é o que tem atualmente a maior coleção de documentos do regime. Mesmo que, desde a redemocratização, as Forças Armadas ocultem documentos que revelem aspectos repressivos mais severos, o material publicizado é extenso: o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, vinculado ao Arquivo Nacional, por exemplo, guarda mais de 18 milhões de páginas de documentação e outros arquivos distintos, reunido de diferentes órgãos estatais (Santos; Oliveira, 2024).

Outro importante esforço de difusão dos arquivos da ditadura é o BNMDigit@l, no ar desde 2013. Trata-se de uma versão digitalizada do Brasil: Nunca Mais, em que todo o material bruto (os processos do STM) e as análises e sistematizações feitas pelo projeto, em relatório e livro, foram disponibilizados digitalmente, “oportunizando a consulta aos relatórios e processos, que podem ser pesquisados através de um programa de busca indexada” (Santos; Oliveira, 2024, p. 130).

Apesar da vasta documentação disponibilizada nessas e em outras iniciativas, existe um vácuo entre a disponibilização dos arquivos, em meios físicos ou digitais, e o acesso da população a ele. Exemplo disso pode ser constatado com a realização de uma exposição sobre o BNM no Memorial da Resistência de São Paulo. Com ela, a diretora do museu Ana Mattos Pato (apud Bond, 2025, on-line) afirma ter notado que “as pessoas que vêm aqui é, primeiro, uma surpresa. Muita gente não conhecia, diz, ah, tinha na estante do meu avô, do meu pai, do meu tio. Um ‘ah, já ouvi falar’. Mas esse ‘já ouvi falar’, quando você começa a conversar, vê que é uma memória distante”. Essa lacuna impede o fortalecimento da construção de uma política de memória coletiva sobre a ditadura, e também dos arquivos, operarem como “‘lugares de memória’ por excelência já que são eles os responsáveis por guardar e dar acesso aos ‘vestígios’” (Sodré; Roncaglio, 2016, p. 9).

Em todos esses arquivos, há acervos iconográficos, que são constituídos por documentos visuais como fotografias, gravuras, desenhos, pinturas, mapas e cartazes, que igualmente são poucos acessados. Além disso, mesmo quando é visto, esse material iconográfico acaba invisibilizado. Luis Ignacio Garcia e Ana Longoni, ao analisarem fotografias documentais da ditadura na Argentina, como registros de espaços de detenção, retratos de identificação de presos políticos ou fotos de autópsias das vítimas fatais,

indicam que “não há falta de imagens e, sim, de olhos que as vejam, que as dê marco de inteligibilidade e as inscrevam no debate público” (2013, p. 3, tradução nossa). Essa conjuntura da política das imagens da ditadura argentina é análoga ao contexto brasileiro, ou seja, em ambos, há uma necessidade de compreender as imagens que restam da violência estatal como indícios fragmentários significativos e relacioná-las à estrutura histórica do regime, capaz de torná-las “legíveis”. Garcia e Longoni (2013) continuam para questionar o porquê de essas imagens não serem visadas, apesar de estarem disponíveis publicamente e defendem que somente quando essa condição for rompida essas imagens podem passar a integrar o complexo visual da memória do período.

Márcio Seligmann-Silva (2014, p. 15), por sua vez, já pensando o caso brasileiro, constata que as fotografias são “um dos dispositivos mais potentes quando se trata de se visualizar a inscrição mnemônica”. Em diversos países da América Latina, as imagens têm sido um importante meio de luta pelas memórias acerca dos períodos ditatoriais e, sobretudo, dos desaparecidos políticos, ocupando um lugar central na luta das famílias e dos organismos de direitos humanos, para que suas demandas fossem visualizadas (García; Longoni, 2013). Assim, as imagens ocuparam e continuam a ocupar “um papel fundamental no combate contra o autoritarismo, na luta pela democracia” (Barbosa, 2019, p. 87).

3.1. A atuação da imprensa durante a ditadura: entre o apoio institucional, a censura e a resistência fotojornalística

Muitas dessas imagens disponíveis nos arquivos públicos brasileiros, ainda invisibilizadas, são fotografias oriundas do fotojornalismo. Esse campo de atuação sofreu profundas mudanças durante as décadas de atuação do regime, devido a “diversos fatores intrínsecos ao meio fotográfico e sua relação com a situação social e política brasileira” (Barbosa, 2019, p. 90). A sindicalização e organização política dos fotógrafos, também, impulsionava a luta desses profissionais contra a ditadura civil-militar (Barbosa, 2019).

Os grandes veículos de comunicação brasileiros desempenharam um importante papel para a deposição do então presidente João Goulart e para a culminação do golpe de 1964, apoiando o processo golpista, majoritariamente pautados por um amplo sentimento de antirreformismo e anticomunismo (Napolitano, 2017). No dia 01 de abril de 1964, dia da deposição de Jango, por exemplo, o Jornal do Brasil publicou, na capa do jornal, uma matéria intitulada: “S. Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart”. Três dias depois da retirada do então presidente, o jornal carioca O Dia, publica a matéria “Fabulosa

demonstração de repulsa ao comunismo”, enaltecendo a participação de mais de um milhão de pessoas na “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade!”, que aconteceu no Rio de Janeiro e passou a ser conhecida como a “Marcha da Vitória”, depois da deflagração bem sucedida do golpe de estado.

Nos primeiros anos do golpe houve um amplo movimento de apoio dos grandes veículos à ditadura civil-militar, sendo o jornal Última Hora, o único a não endossar o golpe (Gonçalves; Lübeck, 2021). O Correio da Manhã, apesar de ter apoiado os atos golpistas, logo “entrou em choque com o novo governo, discordando das medidas autoritárias” (Motta, 2013, p. 76). Assim, excluídos esses dois impressos, a participação do jornalismo da grande mídia foi fundamental para orquestrar e implementar o regime, sendo que, “nos primeiros anos, pelo menos até o AI-5, esses diários reivindicaram a ‘revolução’ como obra sua também, e reclamaram o direito de influenciar seus rumos”, confirma Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p. 67) ao analisar Folha de S. Paulo, Estadão, Jornal do Brasil e o Estado de S. Paulo. O autor explica que esse apoio ao governo ditatorial, com quase nenhum tecimento de críticas, perdurou até a promulgação do Ato Institucional nº. 5, em dezembro de 1968. E o AI-5 “significou a erradicação do debate político das páginas dos jornais” (Motta, 2013, p. 80).

Na data da publicação da lei, censores militares improvisados foram enviados para as redações e lá permaneceram até meados de maio de 1969, quando, de forma cautelosa, os jornais voltaram a publicar matérias políticas (Motta, 2013). O AI-5 delimitou, assim, o começo das divergências e posicionamentos contrários ao governo nos veículos jornalísticos. “Os editoriais, de maneira camuflada e enviesada, floreada de eufemismos, apontam para uma clara percepção da natureza violenta do regime, potencializada pela falta de um modelo político institucional, produto do esfacelamento das decantadas intenções ‘democráticas’ de 1964”, como aponta Marcos Napolitano (2017, p. 354). O enaltecimento à crescente economia do país, contudo, perdurou (Napolitano, 2017). Durante os próximos anos, a censura “sem dúvida foi o maior fator de tensão entre os jornais e o governo entre 1970 e 1974” (Motta, 2013, p. 356).

Em 1974, ano que marcou os dez anos do regime ditatorial, as linhas editoriais divergiam entre publicizar “a derrota definitiva da esquerda armada e o balanço econômico positivo potencializado pelo ‘milagre econômico’, ainda que em vias de esgotamento do modelo pela força da crise internacional do Petróleo” (Napolitano, 2017, p. 356). Como apresenta Napolitano (2017, p. 357), o jornalismo começou, aos poucos, a apontar a necessidade de um novo modelo, em “eufemismo [que] traduzia a demanda pelo fim do AI-5,

pelo fim da censura e pela volta de um arranjo eleitoral e constitucional que melhor equilibrasse os Poderes da República e o sistema político como um todo”.

A partir de 1977, aconteceu um movimento de afastamento dos veículos jornalísticos com o regime ditatorial, durante uma crescente tensão política “entre as promessas da “Abertura” e a realidade tutelar do governo Geisel sobre o sistema político” (Napolitano, 2017, p. 359). Durante essa fase final do regime, especialmente, de 1979 em diante, “os editoriais apontam para um balanço mais contundente do regime militar como um hiato histórico, generalizando-se o discurso da sociedade vítima e da resistência como vocação política e imperativo moral contra o regime” (Napolitano, 2017, p. 362).

No estado de Minas Gerais, o mais relevante entre os jornais impressos do estado, o Estado de Minas, se aproximou ideologicamente do governo militar (Rodrigues; Amaral, 2012). Conforme Hila Rodrigues e Laio Amaral (2012, p. 4), suas publicações “contribuíram para a edificação de discursos que auxiliaram diretamente na construção, disseminação e fixação de uma imagem positiva do grupo de generais que conduzia o país”. Essa assimilação ao regime, continuou com a propagação do sentimento anticomunista e a defesa dos ideias da “Revolução”, perdurando até o início do processo de redemocratização, em 1980. “Ao final do regime ditatorial – tendo diante de si um país em crise e um governo que não mais podia se sustentar – o jornal apostou em narrativas e enquadramentos renovados, reconfigurando, desta forma, os cenários que havia construído” (Rodrigues; Amaral, 2012, p. 10).

Com essa realidade midiática e jornalística posta, é entendível que o fotojornalismo nesses grandes veículos também tenha atuado majoritariamente no sentido de um alinhamento com o regime. Com a censura posta e a visada crítica iniciada, o fotojornalismo se converteu em meio de denúncia das transgressões políticas e das violações aos direitos humanos. Através das imagens veiculadas, sutis críticas contra o regime eram realizadas. Enquanto os materiais textuais eram mais facilmente censurados, já que os censores eram munidos de lista de proibições de palavras e temáticas, as fotografias permitem “uma flexibilidade maior de fazer um jornalismo de resistência em regimes de força e mostrar fatos importantes do cotidiano que de outra forma ficariam longe dos olhos da população” (Souza, 2017, n.p.).

Como dito pelo fotógrafo Evandro Teixeira (2012, p. 244), um dos mais renomados fotojornalistas que atuou durante o período repressivo, “minha arma foi minha câmera fotográfica. Com ela eu subi em palanques, entrei em palácios e em presídios, corri, apanhei, mas eu precisava registrar aquilo tudo, precisava deixar documentos para a história”. Carlos Alberto Barbosa (2019, p. 102) explica que a atuação dos fotógrafos, durante o regime

militar, teve um papel ímpar, já que, além de capturar protestos e mobilizações sociais, eles interpretavam os acontecimentos em expressão, “convertendo as suas fotografias em ‘veículos de memória’, pelo fato de considerar que o uso das imagens fotográficas ultrapassou seu papel tradicional de registro para se converter em parte do processo político de resistência política, social e cultural”.

3.2. O livro-reportagem na construção de memória ditatoriais

Outro relevante meio de resistência política e cultural, para tratar das memórias do período, foi o livro-reportagem. Assim como no gênero testemunhal, as vivências do regime repressivo não são narradas necessariamente por aqueles que foram vitimados, de modo direto ou indireto, pela ditadura civil-militar. Contudo, ao contrário dos romances, o livro-reportagem mescla a arte literária com os critérios fundamentais do jornalismo, assim, “tal narrativa possibilita um aprofundamento, um envolvimento maior do leitor com a história, numa vazão do jornalismo a vertentes literárias, sem deixar de reportar ou apurar determinada notícia”, assinala Priscila Natividade Dias Santos Oliveira (2006, p. 5). Essa mescla, entre o estilo narrativo e a investigação jornalística, conforme Felipe Adam, Alexandre Maciel e João Silva (2025, p. 3), ajuda a revelar os “acontecimentos que foram silenciados em períodos ditatoriais”.

Esses autores apresentam alguns livros-reportagem que, já trabalhando com a temática do regime repressivo, foram publicados ainda durante o período ditatorial. Esse tipo de publicação sofria com menos controle da censura prévia do que a imprensa tradicional, por isso tinham algum espaço de circulação. Os anos 1970 “representaram o marco inicial do que podemos considerar um mercado editorial profícuo para livros escritos por jornalistas” (Adam; Maciel; Silva, 2025, p. 8), corroborado por um aumento na publicação de obras de literatura-política, “que terá características de oposição ao governo ditatorial, e que tem início juntamente com o processo de distensão política que a cúpula militar no poder se viu na contingência de implementar” (Maués, 2014, p. 91). Esse movimento foi impulsionado, principalmente, no final dessa década, com os avanços nas campanhas pró-anistia e no ressurgimento público e fortalecimento dos movimentos estudantis e sindicais (Maués, 2014).

Nesse período, entre 1978 e 1980, alguns desses livros geraram vendas expressivas e figuraram nas listas dos mais vendidos, do jornal Leia Livros e da revista Veja (Maués, 2014). Destacaram-se, especialmente, os livros-reportagem que figuram na lista, organizada por Flamarion Maués (2014): “A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog”, de

Hamilton Almeida Filho (1978); “Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil”, de Fernando Pacheco Jordão (1979); “O massacre dos posseiros” de Ricardo Kotscho (1982); “Tortura: a história da repressão política no Brasil”, de Antonio Carlos Fon (1979); “Guerra de guerrilhas no Brasil”, de Fernando Portela (1979); “Projeto Jari: a invasão americana”, de Jaime Sautchuk (1980); “Querida família”, de Flávia Schilling (1979); “Lamarca, o capitão da guerrilha”, de Emiliano José e Oldack Miranda (1980); “Prestes: lutas e autocríticas”, de D. Moraes e F. Viana (1982); “A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro”, de Fernando Moraes (1976); “Cuba de Fidel”, de Ignácio de Loyola Brandão (1978); “Cuba hoje: 20 anos de revolução”, de Jorge Escosteguy (1979); “Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella”, de Frei Betto (1982).

A produção desse gênero partiu da necessidade dos jornalistas de encontrarem “outras formas para comunicar a realidade brasileira” (Brandileone, 2010, p. 20), operando como um importante meio para sobrepujar a censura imposta à mídia jornalística tradicional. Assim, “é nessa realidade de confronto e tentativa de expressão, que o livro-reportagem assume um papel de denúncia das violências ocorridas” (Nunes, 2023, p. 40).

Nesse contexto, os livros-reportagens produzidos focam “principalmente no esforço em garantir a memória das pessoas torturadas, desaparecidas e assassinadas, e a punição dos envolvidos” (Nunes, 2023, p. 40 - 41). Ressalta-se: “A casa da vovó” de Marcelo Godoy (2014); “1964 - O golpe”, de Flávio Torres (2014); “A ditadura militar e os golpes dentro do golpe – 1964-1969” de Carlos Chagas (2015), e a coleção que inclui “A ditadura envergonhada”, “A ditadura escancarada”, “A ditadura derrotada”, “A ditadura encurralada” e “A ditadura acabada” de Elio Gaspari (2002-2016) (36 livros [...], 2019, on-line). Essas produções ajudam a revisitar o passado e ecoam “as marcas de uma memória que, por tantos motivos, foi propositalmente suprimida”, servindo o seu propósito de “manter seu tom de denúncia social e reafirmar a democracia” (Adam; Maciel; Silva, 2025, p. 16).

O gênero, ademais, funciona como meio de tratar e aprofundar assuntos, que, por vezes, são preteridos no jornalismo diário. Como aponta Fernanda Sanglard e Teresa Neves (2017, p. 21), ao analisarem as publicações jornalísticas sobre as repercussões do relatório da CNV, “os artigos voltados ao enfoque de ‘reconhecimento’ e ‘cobrança’ revelaram-se notórios em quantidade, mas não se mostraram satisfatoriamente aprofundados a ponto de promoverem amplas discussões acerca do impacto político e social do documento”.

4. ESCREVER A PARTIR DOS ARQUIVOS: PERCURSO E ESCOLHAS DO LIVRO-REPORTAGEM

A concepção do livro “Desarquivando a ditadura civil-militar em Ouro Preto: uma história possível a partir das imagens fotográficas” teve início a partir da inquietação sobre onde estavam as imagens da ditadura civil-militar em Ouro Preto. O surgimento desse questionamento só foi possível devido à minha participação no projeto de iniciação científica “A ditadura apropriada”, orientado pela Profa. Dra. Ana Carolina Lima Santos. No projeto, obtive meu primeiro contato com os estudos acadêmicos sobre as memórias da ditadura civil-militar, por meio do recorte do corpus de trabalhos artísticos que agregam fotografias do período para tratar das questões memorialísticas contemporâneas sobre o regime, estudados no projeto. Integrar um projeto de pesquisa, especialmente sobre a orientação cuidadosa da professora Carol, ainda na graduação, foi fundamental para minha formação, não só como uma nova pesquisadora, mas também como cidadã atuante na construção memorialística do país.

Nesse ínterim, realizei a produção, em conjunto com a minha orientadora, de três relatórios de pesquisa, um artigo e uma apresentação de trabalho em congresso. Durante essas produções, entrei em contato com escritos de autores como Jeanne Marie Gagnebin (2010), Carlo Fico (2010) e Glenda Mezarobba (2010), que ajudam a questionar o lugar da memória do regime repressivo na construção memorialística; Mauricio Lissovsky e Ana Lígia Leite Aguiar (2016) e Alice Costa Souza (2017), que apresentam o campo das artes como meio de resistência e produção memorial-cultural; e Luis Ignacio García e Ana Longoni (2017) e Márcio Seligmann-Silva (2014), que tratam do espaço das fotografias como meio de clamar por justiça e denunciar as transgressões e as violações aos direitos humanos.

Para além de auxiliar na produção dos relatórios e artigos, as investigações realizadas por esses autores também me auxiliaram a questionar a memória sobre o regime repressivo na cidade de Ouro Preto, onde passei a residir assim que ingressei na universidade. Tornou-se perceptível para mim, ao me aprofundar na reflexão sobre a história da ditadura civil-militar no município, que, apesar de ter sido palco de importantes eventos, como as comemorações do dia 21 abril e a prisão dos integrantes do Living Theatre, e além de ter duas vítimas reconhecidas oficialmente pelo Estado, Hércio Fortes e Antonio Lana, ainda não há muitos esforços, especialmente do governo municipal, para tratar desse período na história na cidade e endereçar essas memórias.

Desse modo, Ouro Preto, ao não se reconciliar com suas memórias, assim como todo o país, vive sob a vigília dos fantasmas do seu passado ditatorial, nesse “passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa” (Gagnebin, 2010, p. 185). Por isso, a partir dessas perspectivas, a questão memorialística sobre a ditadura civil-militar e, principalmente, como visá-la por meio das fotografias, torna-se importante no meu processo formativo.

Com isso, ao cursar a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, ministrada pela Profa. Dra. Natália Moura Pacheco Cortez, estabeleci o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Partindo da temática, o principal objetivo se constituiu: encontrar e organizar um corpus das fotografias do período da ditadura civil-militar em Ouro Preto para entendê-las como meio de rememoração e alicerce para contar a história desse período na cidade através de um livro-reportagem. A escolha das imagens, como fio condutor do livro-reportagem, se deu devido à afinidade que desenvolvi para com elas durante a iniciação científica, pelo seu potencial rememorativo. Essas fotografias seriam garimpadas em arquivos públicos, com um recorte temporal dentro dos 21 anos (1964 - 1985) em que o regime perdurou.

Foi estabelecido também que essas imagens seriam narradas a partir de um entrelaçamento de informações encontradas em produções acadêmicas, relatórios e o testemunho de moradores da cidade e familiares e amigos das vítimas fatais, que seriam recolhidos por meio de entrevistas, dentro de um livro-reportagem, já que esse gênero literário permite um maior aprofundamento das informações, ainda com uma linguagem mais acessível, para ampliar o alcance do produto a um público maior, retomando as ideias de Priscila Oliveira (2006) sobre a constituição do livro-reportagem. Por fim, busca-se, com o livro, contribuir para contar a história da ditadura civil-militar na cidade, somando aos esforços memorialísticos que já ocorreram.

4.1. A busca pelas imagens, à escuta dos moradores e a construção do referencial teórico-conceitual

Após a aprovação do projeto na disciplina e a realização de reuniões com a minha orientadora, o próximo passo foi partir para o encontro dessas fotografias. A princípio, em razão da pouca circulação dessas imagens, houve o receio de que tais fotografias fossem difíceis de localizar ou que estivessem disponíveis em quantidade reduzida, o que poderia

inviabilizar a elaboração do livro. Entretanto, essa hipótese foi descartada logo após o primeiro acesso ao Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP).

O APMOP foi consultado de forma presencial, sendo realizadas cinco visitas para a coleta de informações e das imagens. Logo em minha primeira visita, a coordenadora do arquivo, Helenice Oliveira, me apresentou os materiais iconográficos disponíveis no arquivo, que estavam dentro do recorte temporal proposto. Entre eles estavam: cinco imagens impressas em papel fotográfico, sem data e autoria, e mais de 200 fotografias veiculadas em recortes de jornais impressos, além de edições das revistas da Alcan, empresa de produção de alumínio que atuou no território ouro-pretano durante o período ditatorial, que também continham imagens.

Em minhas visitas, fotografei, com o meu aparelho celular, todas essas imagens, assim como os textos que as acompanhavam, além de conversar com a coordenadora do arquivo, que auxiliou com pistas sobre acontecimentos e figuras importantes que atuaram ou residiram no município na época. Os recortes jornalísticos, dos quais a maioria das fotos que compõem o livro foram retiradas, são principalmente de jornais com veiculação estadual e nacional e tratam de temáticas como a vinda de importantes figuras à cidade, as celebrações do dia 21 de abril, às ações artísticas-culturais, as edições do Festival de Inverno e a prisão do Living Theatre. Os recortes se encontram colados em três cadernos, com o seu jornal de veiculação e datas de circulação, escritos à mão. A pesquisa no APMOP foi feita de forma minuciosa, especialmente devido ao fato de que não há um guia para os acervos e seus conteúdos, sendo estritamente necessário a abertura de todas as pastas e a checagem individual de todos os arquivos contidas nela.

O próximo arquivo consultado foi o acervo digital do Arquivo Público Mineiro (APM), o arquivo estadual de Minas Gerais. Devido ao seu Sistema Integrado de Acesso do APM e os dispositivos de “Pesquisa Avançada” disponíveis no site, que auxiliam na delimitação da busca por recorte temporal, localidade e por tipo de acervo, o processo de garimpo foi feito facilmente, de forma remota. Ao contrário do arquivo de Ouro Preto, as fotos encontradas no acervo iconográfico do APM são feitas por fotógrafos e retratam, principalmente, as paisagens ouro-pretanas, celebrações cívicas e oficiais do governo. Ao total, foram encontradas 51 imagens. Nesse acervo, as imagens são arquivadas com uma notação individual e própria e, muitas vezes, acompanhadas de informações extras, como autor, local, data, cor, dimensão, notas (que já estivesse acompanhando a imagem original) e descritores.

Concomitantemente a isso, realizei entrevistas com Arnaldo Fortes Drummond, vítima ouro-pretana do regime, e Guiomar de Grammont, cidadã ouro-pretana, professora do Departamento de Filosofia da UFOP, escritora, dramaturga e curadora de eventos literários. A primeira entrevista foi realizada com Arnaldo Fortes Drummond, por meio de uma ligação telefônica. Durante a conversa, Arnaldo relatou sua trajetória como militante, a sua atuação ao lado de seu primo, Hércio Fortes, e de Antonio Lana e a sua prisão em 1969, que perdurou por quatro anos e meio. Na outra entrevista, realizada com Guiomar, o foco foi dialogar sobre seu livro “Palavras cruzadas”, que por meio de uma narrativa ficcional, encontra um meio para tratar de suas memórias acerca da perda de seu pai, na Guerrilha do Araguaia. Para essa etapa de entrevistas, um dos principais objetivos era dialogar com, pelo menos, um familiar de Hércio e Antonio. Entretanto, apesar das tentativas, não consegui localizar alguém da família Lana, para realizá-la.

Todas as entrevistas realizadas, ainda que não citadas diretamente no memorial ou no produto, foram de extrema importância para direcionar a construção de ambos.

Alinhado às realizações de entrevista e busca pelas imagens, realizei a leitura de artigos, documentos e relatórios, especialmente, os publicizados pela CNV, Covemg e o GT UFOP. Após esses passos iniciais de busca pelas imagens, entrevistas e leituras, comecei a esboçar a estrutura do livro e do memorial, assim como, a redação de um capítulo para cada, para a entrega e conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão I.

4.2. Processo de escrita e construção narrativa do livro-reportagem

Após um extenso levantamento inicial de informações, iniciei o processo de elaboração da estruturação e escrita do livro. Assim, estabeleci que cada capítulo abordaria uma dimensão relevante da atuação da ditadura no município. Na primeira divisão, o livro contava com três grandes partes, com três capítulos em cada. A primeira parte, “A CIDADE”, visava descrever a estrutura e o cenário político-social-cultural da cidade, principalmente, no pós-golpe, com os capítulos “Estrutura social e política de Ouro Preto na década de 60”, “Efervescência cultural em meio à repressão” e “Turismo para inglês ver”.

Essa parte era sucedida pela segunda, intitulada “A SOCIEDADE”, cujo objetivo era narrar as repercussões do autoritarismo na sociedade civil, evidenciadas nos capítulos: “Living Theatre e o ‘teatro morto atrás das grades’”, “Tiradentes sob tutela e a construção da liberdade oficial no 21 de Abril” e “Resistência estudantil na cidade da memória”. Por fim, a última parte, nomeada “AS VÍTIMAS” trataria da trajetória e da memória das vítimas,

evidenciando, sobretudo, as trajetórias de Hércio Fortes e Antônio Lana, por meio dos capítulos “Trabalhadores e estudantes sob vigilância”, “Hércio Fortes” e “Antônio Lana”.

Assim, a partir dessa divisão, o livro passou a ser estruturado a partir do capítulo “Tiradentes sob tutela e a construção da liberdade oficial no 21 de Abril”, em razão da elevada quantidade de fotografias disponíveis tanto no arquivo municipal quanto no arquivo estadual, além da existência de outras produções acadêmicas e literárias que evidenciavam o uso do feriado e de seus símbolos como estratégia de aproximação e exaltação de determinadas virtudes da Inconfidência Mineira e de Tiradentes, que, na visão dos militares, teriam sido retomadas pelo regime. As imagens disponibilizadas retratam principalmente, as cerimônias realizadas na Praça Tiradentes e a cerimônia da entrega da Medalha da Inconfidência, com a presença de importantes figuras políticas, como o presidente-general Costa e Silva, ministros, governadores de Minas Gerais e militares do alto escalão.

Após isso, a escrita dos capítulos seguintes acompanhou a ordem estabelecida na estrutura do livro. Dentro dessa organização inicial, os capítulos pertencentes à primeira divisão foram os mais difíceis de serem desenvolvidos e concluídos, em razão da menor quantidade de imagens disponíveis nos arquivos, bem como da escassez de outras produções textuais e acadêmicas que pudessem subsidiar a construção do texto.

Os seguintes capítulos que foram construídos, “Living Theatre e o ‘teatro morto atrás das grades’” e “Resistência estudantil na cidade da memória” foram desenvolvidos com mais facilidade, pela maior disponibilidade de outras produções. Para a concepção dessas seções, me apoiei nas produções, especialmente, do Volume II do relatório da CNV e nas produções de Leon Kaminski, para narrar a passagem e prisão do Living Theatre no município, e para discorrer sobre a resistência, especialmente, utilizei os relatórios da Covemg e do GT UFOP. Devido à alta repercussão, na época, dos acontecimentos do Living, diversas imagens dos membros foram publicadas nos jornais, ao longo da trama judicial que enfrentaram. Ao contrário da facilidade em localizar imagens dos integrantes do Living Theatre, para o próximo capítulo, apesar dos inúmeros relatos sobre ações realizadas pela resistência, como pichações e panfletagens, nos acervos pesquisados não foram encontradas imagens que explicitassem essas práticas.

Para a última parte, baseei-me, principalmente, nos mesmos relatórios do capítulo anterior, para a construção do texto “Trabalhadores e estudantes sob vigilância”. Ao chegar o momento de redigir, os capítulos sobre a biografia política de Hércio e Antônio, deparei-me com uma falta de imagens, que pudessem ilustrar a sua trajetória. Por isso, retomei as pesquisas e, nesse processo, deparei-me com os dossiês da Comissão Especial sobre Mortos e

Desaparecidos Políticos (CEMDP), que reúnem diversos recortes de jornais, documentos, imagens e outras informações levantadas pela Comissão, que foram incorporados ao livro e auxiliaram a fortalecer a narrativa. Assim, com a escrita dos dois últimos capítulos, a primeira versão foi finalizada.

Além disso, outra entrevista foi realizada no meio do percurso da escrita do livro, com as pesquisadoras Letícia Ribeiro e Vitória Ivo, participantes do projeto “A Ditadura em Minas Gerais”, que me auxiliou a encaminhar as temáticas do livro. Durante todo o processo de escrita, recebi acompanhamento constante da minha orientadora, que me assistiu na realização de todos os processos, desde a pesquisa inicial até a redação do memorial e do livro-reportagem. Essa supervisão foi fundamental para direcionar todo o processo, elaborar novas perspectivas e tornar o trabalho conciso.

Assim, após a conclusão da escrita do livro, foi realizada uma revisão integral, na qual se constatou que a divisão inicial proposta se mostrava desnecessária, em razão do entrelaçamento dos acontecimentos e da forma como o regime autoritário ocupava, de maneira totalizante, os espaços da vida civil e política. Por isso, as divisões foram retiradas, e alguns capítulos, com temas aproximados, foram integrados e renomeados. Assim, na versão final, o livro é composto por sete capítulos: “Estrutura social e política de Ouro Preto na década de 60”, “Tiradentes sob tutela e a construção da liberdade oficial no 21 de Abril”, “Efervescência cultural em meio à repressão”, “Living Theater e o “teatro morto atrás das grades”, “Vigilância e resistência: estudantes e trabalhadores na cidade da memória”, “Hélcio Fortes” e “Antônio Lana”, além de um prólogo, um epílogo e a listagem de referências. Ao total, 22 imagens e três documentos foram utilizados.

Após todo esse percurso, o principal objetivo do livro foi concluído: narrar, por meio do entrelaçamento dos textos e das fotografias, a história da ditadura civil-militar em Ouro Preto e, principalmente, contribuir para a preservação da memória dos acontecimentos, especialmente, das vítimas. As imagens, além de serem apresentadas visualmente, também são miradas e descritas, a partir das informações, documentos e relatórios que emergiram após a reabertura política, dando-as novas camadas de inteligibilidade. Essas fotografias são capazes de dar visualidade aos acontecimentos, retirando-os somente da informação textual, e apresentando, de forma concreta, os locais ocupados pela repressão, a resistência encapada e as vítimas que derivaram desse processo. Como coloca Georges Didi-Huberman para “recordar é preciso imaginar” (2004, p. 51), assim, essas imagens, por sua capacidade de projeção e assimilação aos locais no tempo presente, possibilitam um entendimento da

dimensão da atuação do regime repressivo na cidade, auxiliando que essas memórias se edifiquem e não sejam esquecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o país tem dificuldades para lidar com as memórias do seu passado, alinhando-se recorrentemente à prerrogativa de superação e de olhar para o futuro. Desde a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, a política do esquecimento imperou como escopo principal para que a redemocratização fosse realizada de forma plena e efetiva. Esse esquecimento forçado tem favorecido somente os militares, que não precisaram lidar com quaisquer formas de averiguação e punição dos crimes praticados, quando anistiados (Fico, 2010). A anistia efetuada de forma ampla e irrestrita propiciou, à sociedade, o prejuízo de não saber e não lidar devidamente com os crimes políticos e contra os direitos humanos, forçada/conivente ao esquecimento pelo Estado.

Ao longo dos anos, iniciativas civis e, posteriormente, estatais começaram a elaborar a verdade sobre as ações do regime repressivo, principalmente da violência imputada às vítimas, e iniciou a construção de uma memória coletiva mais justa. Entre esses estão o projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) e o Movimento Tortura Nunca Mais, no âmbito civil, e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em nível estatal. A divulgação do relatório da CNV, impulsionou a instalação de outras comissões institucionais, inclusive, no estado de Minas Gerais. Como um desdobramento do trabalho da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), o Grupo de Trabalho da UFOP (GT UFOP) foi estabelecido na cidade de Ouro Preto.

Apesar do importante esforço da instauração das comissões e da publicização de seus relatórios e arquivos, como apresenta Freire (2024), ainda não há um respaldo legal para a efetivação das recomendações realizadas ou para punição daqueles que, comprovadamente, praticaram crimes políticos ou contra os direitos humanos. Assim, as memórias coletivas do país continuam a operar na lógica da política do esquecimento, ficando fadadas à constante presença presente.

Desse modo, as produções artísticas e do campo jornalístico, especialmente os livros-reportagens, são ainda importantes operadores para a publicização dos acontecimentos do regime ditatorial, contribuindo para a construção de uma política de memória. São significativos meios para transmitir à população a realidade da repressão. Assim, o livro-reportagem “Desarquivando a ditadura civil-militar em Ouro Preto: uma história possível a partir das imagens fotográficas” visa dimensionar, a partir das visibilização e legibilidade de fotografias de arquivos antes restritas aos acervos a que pertenciam, a atuação da repressão em Ouro Preto, assim como dos movimentos de resistência, auxiliando, a partir

dos deslocamentos dos arquivos, para a construção memorialística do período na cidade. Assim, este livro-reportagem soma-se aos esforços memorialísticos de rememoração da atuação do regime repressivo no município, contribuindo, por meio das imagens, para dimensionar, de forma verbo-visual, as repercussões das ações do governo militar no território ouro-pretano.

A realização do presente trabalho não se configurou apenas como um espaço de aplicação dos conceitos adquiridos ao longo da formação em jornalismo e pesquisa, mas também como uma forma de afirmar o compromisso da autora, enquanto estudante de uma universidade pública e gratuita, com a construção de um país pautado pela memória, pela justiça e pela democracia.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Rayanne Nunes. **O repertório da ação coletiva estudantil: contestação à ditadura militar em Belo Horizonte, 1964 a 1968**. 2013. Monografia (Especialização em História e Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/fe5f936e-3844-4538-9dd1-9043d0d4b2d7/content>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- ABRÃO, Paulo. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 119-138, jan/jun 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/373/373/382>. Acesso em: 06 ago. 2025.
- ADAM, Felipe; MACIEL, Alexandre Zarate; SILVA, João Marcos dos Santos. O livro-reportagem como produto jornalístico de resistência às ditaduras. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. Especial, p. 1-18, 2025. DOI: 10.11606/extraprensa2025.238413. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/238413>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- ARANTES, Larissa. **Monumento homenageia vítimas da ditadura em frente ao prédio que abrigou Dops**. O Tempo, Belo Horizonte, 25 maio 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/monumento-homenageia-vitimas-da-ditadura-em-frente-ao-predio-que-abrigou-dops-1.652769>. Acesso em: 26 ago. 2025.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Exposição na galeria da ALMG celebra o aniversário do golpe de 1964**. Belo Horizonte, 27 mar. 2014. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/03/27_exposicao_galeria_almg_subversao_esquecimento_golpe_1964.html. Acesso em: 26 ago. 2025.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. Fotojornalistas brasileiros em época de ditadura: entre a estabilidade e o compromisso. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 13, n. 24, p. 86–103, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/38837>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_7214a67b6d61f14b269a62b618314a72.pdf. Acesso em: 7 dez. 2025.
- BOND, Letycia. **Exposição no Memorial da Resistência lembra vítimas da ditadura**. Agência Brasil, Brasília, 25 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2025-01/exposicao-no-memorial-da-resistencia-lembra-vitimas-da-ditadura>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- BONI, Paulo César. A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 8, n. 12, p. 217–252, jan./jun. 2012. Entrevista concedida por Evandro Teixeira. DOI: 10.5433/1984-7939.2012v8n12p217. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/11936>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- BRANDILEONE, Ana Paula F. Nobile. O romance-reportagem: implicações estéticas e ideológicas. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, [S. l.], v. 19, p. 17–25, 2016. DOI: 10.5433/1678-2054.2010v19p17. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroxa/article/view/24961>. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Memórias Reveladas**. Brasília, DF: Arquivo Nacional, [2009]. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Volume II: Textos Temáticos. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL DE FATO. UFMG revitaliza monumento em homenagem a estudantes mortos pela ditadura militar. Brasil de Fato, Belo Horizonte, 1 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/01/ufmg-revitaliza-monumento-em-homenagem-a-estudantes-mortos-pela-ditadura-militar/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 10169, 11 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Banco Nacional de Memória Digital**. [Brasília, DF]: MPF, 2016. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **21 de abril de 1972: O grande ato: mensagem divulgada através de rede nacional de rádio e de televisão, na abertura das comemorações do sesquicentenário da Independência**. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/07.pdf/view>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL 247. **Comissão da Verdade de Minas entrega relatório final à sociedade**. [S. l.], 26 mar. 2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/comissao-da-verdade-de-minas-entrega-relatorio-final-a-sociedade>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRUNO, André Simões Chacon. A profecia da violência sem trauma aparente: justiça de transição, memória e a exceção brasileira. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.]. v.13, n.1, p.1-43, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/49027>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CARVALHO, Aline Fonseca. **A conveniência de um legado adequável**: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/cb96e2a2-da1a-4a83-ac60-49005d624622/content>. Acesso em: 7 dez. 2025.

CHAGAS, Tamara Silva. O conceito de arte-guerrilha de acordo com Frederico Moraes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 10., [Ano de Realização - Assumindo 2019, o ano da tese da autora]. **Memória, Cultura, Historiografia & Modernismos: Anais do X Simpósio Nacional de História Cultural**. [S.l.: s.n.], 2019. p. 307-314. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/anais/Xsimposio/37%20-%20O%20CONCEITO%20DE%20ARTE-GUERRILHA%20DE%20ACORDO.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. **Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: COVEMG, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/comisso-da-verdade-em-minas-gerais_relatrio-final_2017-compressed.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

CRUZ, Lua Gill da. **Pretéritos futuros: ditadura militar na literatura do século XXI**. 2021. 322 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1167422>. Acesso em: 7 dez. 2025.

DEL VECCHIO, Angelo. A lei e a força no Regime Militar Brasileiro: da proscrição da Frente Ampla à edição do Ato Institucional nº 5. **REDD: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, SP, v. 6, n. 2, p. 1-23, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/6450>. Acesso em: 7 dez. 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

EXTRACLASSE. **Exposição reúne memórias sobre ditaduras no Cone Sul**. [S. l.], 05 maio 2025. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2025/05/exposicao-reune-memorias-sobre-ditaduras-no-cone-sul/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FALABELA, Camila. **Famílias de vítimas da ditadura recebem certidões de óbito corrigidas em BH**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 28 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/08/28/familias-de-vitimas-da-ditadura-recebem-certidoes-de-obito-corrigidas-em-bh.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, v. 1, n. 4, p.318-331, jul/dez. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/4813/1/2011RevistaAnistia04.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025.

FREIRE, José Carlos. Literatura, memória da ditadura e o fantasma do autoritarismo: notas sobre o período 2010-2016. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 6, n. 5, p. 01-19, 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i5.1317. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1317>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186.

GARCÍA, Luis Ignacio; LONGONI, Ana. Imágenes invisibles: acerca de las fotos de desaparecidos. In: BLEJMAR, Jordana, FORTUNY, Natalia; GARCÍA, Luis Ignacio (org.). **Instantáneas de la memoria**: fotografía y dictadura en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Librería, 2013. p. 25-44.

GONÇALVES, Carmen Regina Abreu; LÜBECK, Elisa. A imprensa brasileira, o golpe civil-militar de 1964 e a Comissão Nacional da Verdade. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, e-94798, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583202152.94798>. Acesso em: 7 dez. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Relatório Final do GT da UFOP**. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

G1. **Ex-reitores da UFMG repudiam conduções coercitivas contra atual gestão**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/ex-reitores-da-ufmg-repudiam-conducoes-coercitivas-contr-a-atual-gestao.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Ditadura nunca mais: confira a programação do Mês do Estudante no Campus Ouro Preto**. Ouro Preto, 06 ago. 2024. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ditadura-nunca-mais-confira-a-programacao-do-mes-do-estudante-no-campus-ouro-preto>. Acesso em: 26 ago. 2025.

KAMINSKI, Leon. Prisão, arte e vida: o Living Theatre no Brasil. **ArtCultura Uberlândia**, Uberlândia, v. 25, n. 47, p. 106-126, jul.-dez. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/73168>. Acesso em: 7 dez. 2025.

LISSOVSKY, Maurício; AGUIAR, Ana Lígia Leite e. Monumentos à Deriva: imagens e memória da ditadura no cinquentenário do golpe militar de 1964. In: ARAUJO, Denize Correa. MORETIN; Eduardo Victorio; REIA-BAPTISTA, Vitor (org). **Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais**. Faro, CIAC/Universidade do Algarve, 2016. p. 350-382. Disponível em: https://www.academia.edu/31816595/Ditaduras_revisitadas_cartografias_mem%C3%B3rias_e_representa%C3%A7%C3%B5es_audiovisuais. Acesso em: 30 jun. 2023.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytcH53C4X6j/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 80, p. 91–104, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/79685>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **DOI-Codi, a máquina de torturar e matar**. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Greve de Contagem fura o arrocho salarial. **Memorial da Democracia**. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/greve-de-contagem-fura-o-arrocho-salarial>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Golpe militar depõe governo constitucional**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/golpe-militar-depoe-governo-constitucional>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Hiatus: a Memória da Violência Ditatorial na América Latina**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/exposicao/hiatus/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)**. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Linha do Tempo. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/acervo/linha-do-tempo/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MENEGAT, Rodrigo. **Nas ruas do Brasil, a ditadura ainda vive**. Agência Pública, São Paulo, 4 out. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/10/nas-ruas-do-brasil-a-ditadura-ainda-vive/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 7-25, 2010. Disponível em: <https://sur.conectas.org/entre-reparacoes-meias-verdades-e-impunidade>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MEZAROBBA, Glenda Lorena. **Um Acerto de Contas com o Futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro**. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06112006-162534/pt-br.php>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MEMÓRIAS REVELADAS. **36 livros sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://antigo.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/704-36-livros-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Biblioteca Nacional de Memória Digital**. [S. l.]. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOSTAÇO, Edécio; CARLI, Thaís Antônio. No limite do teatro: a criação coletiva no living theater e no Asdrúbal trouxe o trombone. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 048-055, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/14155/9218>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/szkYRxbMSbvn5SCrHrd7MsL/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.24766>. Acesso em: 7 dez. 2025.

NÚCLEO DE MEMÓRIA. **Ruas da Vergonha**. São Paulo, [S.D.]. Disponível em: <https://www.nucleomemoria.com.br/ruas-da-vergonha>. Acesso em: 26 ago. 2025.

NUNES, Manoela da Costa. **“Banzeiro òkôtô”: o papel do livro-reportagem na defesa dos direitos humanos no Brasil**. 2023. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/26318>. Acesso em: 10 dez. 2025.

OLIVEIRA, Cristiane. **Minas Gerais teve 1.531 presos políticos durante a Ditadura Militar**. Belo Horizonte: O Tempo, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/minas-gerais-teve-1-531-presos-politicos-durante-ditadura-militar-1.1552614>. Acesso em: 24 ago. 2025.

OLIVEIRA, Priscila Natividade Dias Santos. Jornalismo Literário: como o livro-reportagem transforma um fato em história. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)**, 29., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Intercom, 2006. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/r0717-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

PIMENTEL, Thais. **Por falta de provas, MPF arquiva inquéritos que investigavam irregularidades em obras do Memorial da Anistia em BH**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/25/por-falta-de-provas-mpf-arquiva-inqueritos-que-investigavam-irregularidades-em-obras-do-memorial-da-anistia-em-bh.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.

RIBEIRO, Ana Cláudia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha; GOMES, Pablo. A Comissão da Verdade de Minas Gerais: uma análise das recomendações do relatório final sobre o pilar da memória e verdade. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 2018. **Anais eletrônicos, Londrina**, [s.n.], 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/62492>. Acesso em: 24 ago. 2025.

RODRIGUES, Hila; AMARAL, Laio. Jornalismo político e enquadramento: uma análise da cobertura da ditadura militar pelo jornal Estado de Minas. In: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE – INTERCOM**, 17., 2012, Ouro Preto. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. São Paulo: Intercom, 2012. p. R33-0846. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/PAPERS/REGIONAIS/SUDESTE2012/resumos/R33-0846-1.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SALGADO, Livia de Barros. **A construção das vítimas da ditadura no Brasil (1979-2014)**. 2020. 170 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/10086/3/2020%20-%20L%C3%ADvia%20de%20Barros%20Salgado.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SANGLARD, Fernanda Nalon; NEVES, Teresa Cristina da Costa. Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 8-24, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n1p08>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SANTOS, A. C. L.; OLIVEIRA, D. C. de. Salvar o tempo: as mãos anônimas reveladas pelo BNMDigit@l que dão a ver o irresoluto da história da ditadura, Vitória, **Dimensões - Revista de História da UFES**, v. 52, n. 53, p. 126-148, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/44862>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura. **Ruas de Memória**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/direito_a_memoria_e_a_verdade/w/programas_e_projetos/221739. Acesso em: 26 ago. 2025

SEINO, Eduardo; ALGARVE, Giovana; GOBBO, José Carlos. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma "nova sociedade civil". **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 31-42, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/download/6922/4982>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 43, p. 13-34, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/ZDX6wY6tRqdxYk7Grcv6D9O/?lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SGANZERLA, Rogério Barros. O papel dos Atos Institucionais na privação de garantias fundamentais durante o período de Ditadura Militar no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 3., 2015, Ribeirão Preto. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, 2015. n. 3, p. 297-304. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/502>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. **A transição para a abertura política no Brasil, sob a sujeição dos militares (1974-1985)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [do] 30º Simpósio Nacional de História**. [S.l.]: ANPUH, 2019. p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563887156_ARQUIVO_artigocorrigidoanpuhPE.pdf. Acesso em: 7 dez. 2025.

SILVEIRA, Marco Antonio et al. (Org.). **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região**. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/fc63fc5d-4898-4256-8694-7e4d250d8770/content>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SINPRO MINAS. Comissão da verdade divulga relatório dos crimes da ditadura em Minas Gerais. **Sinpro Minas**, [S.l.], 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sinprominas.org.br/divulgado-relatorio-final-dos-crimes-da-ditadura-em-minas/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SODRE, C. A.; RONCAGLIO, C. Arquivo, memória e verdade: a contribuição da organização dos acervos DOPS para a constituição da história da ditadura militar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 17., 2016, Salvador, BA. *Anais...* Salvador, BA: s.n., 2016. p. 1-18. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/191403>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SOUZA, Alice Costa. Cedo ou tarde, a arte não anistia. **Lindonéia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 33-47, set. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/545113719/Lindoneia-4>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SOUZA, Vinicius. Jornalismo de resistência: a ditadura em preto e branco. **Nhengatu: revista ibero-americana para comunicação e cultura contra-hegemônicas**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-15, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nhengatu/article/view/34253>. Acesso em: 8 dez. 2025.

STARLING, Heloisa. **2. Órgãos de Informação e repressão da ditadura**. In: BRASIL DOC. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

STIGGER, Helena Maria Antonine. **A representação da ditadura militar nos filmes brasileiros longa metragem de ficção : de 1964 a 2010**. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4480>. Acesso em: 25 ago. 2025.

TAUTZ, Carlos. **‘O desmonte me adoeceu’**: chefe de projeto da ditadura no Arquivo Nacional se aposenta e denuncia abandono. **Intercept Brasil**, [S.l.], 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/27/o-desmonte-me-adoeceu-chefe-de-projeto-da-ditadura-no-arquivo-nacional-se-aposenta-e-denuncia-abandono/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

TELES, Janaina Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da Vala de Perus. **Anos 90**, [S. l.], v. 19, n. 35, p. 261–298, 2012. DOI: 10.22456/1983-201X.29423. Disponível em: <https://seer.ufg.br/index.php/anos90/article/view/29423>. Acesso em: 24 ago. 2025.

TORISU, Bárbara.. **Exposição de estudantes de Museologia mostra obras do período da ditadura**. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 06 fev. 2017 Disponível em: <https://ufop.br/noticias/comunidade/exposicao-de-estudantes-de-museologia-mostra-obras-do-periodo-da-ditadura>. Acesso em: 26 ago. 2025.

TORRES, Mateus Gamba. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Niterói/Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 489-505, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337347547005.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Conheça o Congresso da UNE realizado em 66 no porão de uma igreja em BH. **UNE**, São Paulo, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/conheca-o-congresso-da-une-realizado-em-66-no-porao-de-uma-igreja-em-bh/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Estilhaços de memória: sobrevida e dissolução da UNE (1969-1973). **UNE**, São Paulo, 19 maio 2015. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/estilhacos-de-memoria-sobrevida-e-dissolucao-da-une-1969-1973/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Há exatos 40 anos, estudantes tentavam reconstruir a UNE em Belo Horizonte. **UNE**, São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/ha-exatos-40-anos-estudantes-tentavam-reconstruir-a-une-em-belo-horizonte/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Filme ‘Zé’ conta a história de estudante da UFMG morto pela ditadura**. Belo Horizonte, 28 mar. 2014. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/filme-ze-conta-a-historia-de-estudante-da-ufmg-morto-pela-ditadura>. Acesso em: 26 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Giulia Souza aborda memória e esquecimento em exposição de fotografias no Centro Cultural UFMG**. Belo Horizonte, 27 set. 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/giulia-souza-aborda-memoria-e-esquecimento-em-exposicao-de-fotografias-no-centro-cultural-ufmg>. Acesso em: 26 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Heloísa Starling apresenta projeto que resgata memória dos ‘anos de chumbo’ no Festival de História**. UFMG Online, Belo Horizonte, 11 out. 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/021223.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2026.

WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 86-137, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24040/18200>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ZUBA, Fernando; MILAGRES, Leonardo. **MPF abre procedimento para acompanhar criação de memorial na antiga sede do Dops em BH**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/04/04/mpf-procedimento-acompanhar-criacao-de-memorial-antiga-sede-dops-bh.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.